



**EDITAL Nº 006/2025 – CMP
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2025 – CMP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº024/2025 – CMP**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS**, por intermédio de seu Pregoeiro o Sr. Fábio de Sousa Araújo e de sua equipe de apoio, designados pela Portaria Nº 085/2025 – GP/CMP, de 02 de janeiro de 2025, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e endereço indicados, realizará **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** para **REGISTRO DE PREÇOS**, no modo de disputa **ABERTO**, adotado o critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar Federal Nº 123/2006, da Portaria Nº 027/2024-GP/CMP, de 19 de janeiro de 2024, do Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de março de 2023, IN Seges/ME Nº 73/2022 e demais legislações e regulamentos aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS, PNEUS E NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, ABRANGENDO AS ÁREAS DE MECÂNICA, ELÉTRICA E REFRIGERAÇÃO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em item.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **Portal M2A COMPRAS** (<http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br>) e as especificações constantes neste Edital e seus anexos, prevalecerão as últimas.

2. DOS PRAZOS DO CERTAME, DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO

INÍCIO DE PROPOSTAS	LIMITE DE IMPUGNAÇÃO	FINAL DE PROPOSTAS
Horário: 09:00 Data: 05/11/2025	Horário: 09:00 Data: 18/11/2025	Horário: 08:59 Data: 24/11/2025
DATA DA ABERTURA DA SESSÃO: 24 de novembro de 2025 HORÁRIO: 9h (horário de Brasília/DF) ENDEREÇO DA SESSÃO PÚBLICA: http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br		

3. DO VALOR ESTIMADO DA DESPESA

3.1 O valor estimado para esta licitação é de R\$ 355.615,60 (trezentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e quinze reais e sessenta centavos).



4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 As regras referentes aos participantes e órgão gerenciador, constam na minuta da Ata de Registro de Preços (anexo V).

4.2 A Ata de Registro de Preços é restrita ao órgão gerenciador do processo licitatório, não sendo admitida a sua carona.

4.3 O Órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços resultante deste processo licitatório será a Câmara Municipal de Paragominas.

4.4 Homologado o resultado da licitação, será formalizada Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com o fornecedor primeiro classificado para o item, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem executar os serviços pelo preço do primeiro, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

4.5 O licitante vencedor deverá assinar digitalmente a ata de registro de preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação.

4.6 A empresa (s) vencedora (s) deverá também assinar a ata de registro de preços de forma digital, sendo obrigatório de acordo com a Resolução Nº 11.535/TCM-PA de 01/07/2014, sendo isento da assinatura física.

4.7 Como condição para assinar a Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá apresentar a documentação de habilitação fiscal e trabalhista regular.

4.8 O prazo previsto no item 4.5 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela administração.

4.9 A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no item 4.5 ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

4.10 Se a (s) licitante (s) vencedora (s) recusar (em) – se a assinar a Ata de Registro de Preços, a administração ou órgão gerenciador convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado. Caso este recusar-se, não caberá às sanções administrativas previstas neste Edital e na Lei Federal Nº 14.133/21.

4.11 Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto desta licitação com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

4.12 Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem: I - Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva e II - Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar o objeto desta licitação em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

4.12.1 A Ata de Registro de Preços será válida pelo prazo de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.12.2 A existência de preços registrados não obriga ao(s) órgão(s) público(s) a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para contratação do item, sendo assegurada, ao beneficiário do registro, a preferência do objeto de contratação em igualdade de condições.



4.13 DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.13.1 Caberá a Câmara Municipal de Paragominas, órgão gerenciador para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, respeitando, ainda, as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, anexo deste Edital.

4.14 DO PREÇO

4.14.1 As regras para composição e negociação dos valores registrados na Ata, constam na minuta da Ata de Registro de Preços, Anexo V deste Edital.

4.15 DOS QUANTITATIVOS E LIMITES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.15.1 Os itens e quantidades a serem registrados constam do anexo I (Termo de Referência), e os quantitativos decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes.

4.16 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR

4.16.1 O Órgão Gerenciador promoverá o cancelamento do registro do licitante vencedor quando couber, tendo a seguinte regra:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado, ou
- d) Sofrer sanção prevista na Lei Federal Nº 14.133/21, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.16.2 O Órgão Gerenciador poderá cancelar o registro do preço por fato superveniente ou por motivo de força maior, que comprovada e justificadamente prejudique o cumprimento da ata, por razão de interesse público ou a pedido do licitante.

4.16.3 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente da Câmara Municipal de Paragominas.

4.16.4 O cancelamento será a pedido, quando a empresa vencedora do certame comprovar:

- a) A impossibilidade de cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.
- b) Que o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado e/ou dos insumos que compõem o custo do produto.

4.16.5 O cancelamento será por iniciativa da Câmara Municipal de Paragominas, quando:



- a) O (s) fornecedor (es) do certame perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório.
- b) O (s) fornecedor (es) do certame não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços.
- c) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.
- d) Não for assinada, pela empresa destinatária, a Autorização para execução dos serviços no prazo estabelecido.
- e) O (s) fornecedor (es) incorrer (em) nas condutas que ensejem rescisão administrativa, conforme previsão da Lei Federal Nº 14.133/21.
- f) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e o fornecedor se recusar a reduzi-lo.

4.16.6 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Câmara Municipal de Paragominas fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos Proponentes a nova ordem de registro, caso não opte pelo cancelamento total da Ata quando frustradas as negociações com os licitantes registrados remanescentes.

5. DA AQUISIÇÃO DO EDITAL

5.1 A fase externa do Pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do Edital na imprensa oficial, no Portal dos Jurisdicionados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA, no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Paragominas – CMP e Jornal de grande circulação.

5.2 O presente Edital do Pregão Eletrônico está disponível no mural de Licitações do TCM/PA, no Portal da Transparência desta Casa de Leis, no PNCP, bem como no site (<http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br>).

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

6.1 PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

6.1.1 Empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, mediante a apresentação dos documentos pertinentes;

6.1.2 Empresas que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores–SICAF, conforme disposto no § 3º do art. 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010; e no **Portal M2A COMPRAS** (<http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br>).

6.1.3 Empresas que estejam com processo administrativo em andamento, contudo, declarada sua penalização antes da homologação e adjudicação, a empresa ficará impossibilitada de firmar Contrato com a Câmara Municipal de Paragominas.

6.2 Como condição para participação no Pregão Eletrônico, a licitante assinalará em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações mencionadas no SUBITEM 13.6;



6.3 As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a Câmara Municipal de Paragominas, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

6.4 A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, bem como da legislação em vigor.

6.5 As empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil deverão apresentar documentação comprobatória da representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente e judicialmente.

7 DOS IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA:

7.1 Não será admitida nesta licitação a participação de:

7.1.1 Pessoas físicas não empresárias;

7.1.2 Pessoas jurídicas:

7.1.2.1 Que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

7.1.2.2 Que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e/ou o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (Portal Transparência);

7.1.2.3 Que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.1.2.4 Em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

7.1.2.5 Que possuam em seu Contrato Social finalidade incompatível com o objeto desta Licitação;

7.1.2.6 Cujos quadros sociais possuam sócios, que integrem quadros sociais de outros licitantes, quer na condição de majoritários ou minoritários;

7.1.2.7 Que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.1.2.8 Controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.1.2.9 Que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas a de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.1.2.10 Que possuem no seu quadro servidor dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;



7.1.2.11 Estrangeiras que não sejam sediadas no Brasil possuindo representantes legais com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

7.1.2.12 Sejam Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

7.2 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Nº 14.133, de 2021.

7.3 É vedada a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante, sob pena de exclusão de todas as representadas.

8 DA MODIFICAÇÃO DO EDITAL.

8.1 As modificações no presente Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original.

8.2 Em caso de modificações no Edital que afetem a formulação das propostas será publicada nova data para realização do certame, resguardando o tratamento isonômico aos licitantes.

8.3 É de responsabilidade única e exclusiva dos interessados o acompanhamento da divulgação dos boletins de esclarecimentos, resposta as impugnações e comunicados emitidos pelo Pregoeiro e equipe de apoio. Não serão aceitas reclamações baseadas no desconhecimento do teor desses documentos.

9 DOS PEDIDOS E ESCLARECIMENTOS DO EDITAL.

9.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias** úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, via sistema eletrônico no site **Portal M2A COMPRAS** (<http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br>). em campo específico.

9.2 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

9.3 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema eletrônico e vincularão os participantes e a administração.

9.4 Decairá do direito de solicitar esclarecimentos, aquele que não o fizer no prazo mencionado do **item 9.1**

10 DOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO.

10.1 O Edital de pregão pode ser impugnado, motivadamente, por qualquer cidadão ou interessado em participar da licitação até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.



10.2 Os pedidos de impugnação referentes ao processo licitatório serão enviados ao Pregoeiro via sistema eletrônico no site **Portal M2A COMPRAS** (<http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br>) em campo específico.

10.3 A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do pregão no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do pregão.

10.4 A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo estabelecido no item acima.

10.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.6 Em caso de acolhimento do pedido de impugnação que gere alterações no Edital, serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original.

10.7 O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica/administrativa ou de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

10.8 Não serão aceitas as impugnações interpostas após vencidos os respectivos prazos legais.

10.9 Decairá do direito de solicitar providências ou impugnar o Edital, aquele que não obedecer ao prazo estabelecido no item 10.1.

11 DO CREDENCIAMENTO.

11.1 Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, junto ao Provedor do Sistema, **Portal M2A COMPRAS** (<http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br>), e subsequente o encaminhamento de proposta de preços e documentação de habilitação, em data e horário publicados no **Portal M2A COMPRAS**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

11.2 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico no **Portal M2A COMPRAS**, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

11.3 O credenciamento junto ao Portal M2A COMPRAS implica na responsabilização legal do licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

11.4 É de exclusiva responsabilidade do licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou a Câmara Municipal de Paragominas, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, mesmo que por terceiros.

11.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.



11.6 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

11.7 Tratando-se de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, a responsabilidade pela identificação do tipo de empresa é exclusiva do licitante, e caso este apresente alguma informação inverídica, sofrerá as sanções previstas neste Edital.

11.8 Ao credenciarem-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte no sistema eletrônico, os interessados declaram, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como tal, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Nº 123/2006.

11.9 A verificação das informações relacionadas ao enquadramento do licitante como ME/EPP será efetuada pelo Pregoeiro no momento da conferência da documentação da empresa arrematante.

12 DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

12.1 As Empresas Micro e Pequenas Empresas que fizerem uso da Lei Complementar Nº 123/2006 deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital de Licitação, ainda que com ressalva.

12.2 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC Nº 123, de 2006.

12.3 Nas contratações públicas decorrente deste certame, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação, conforme art. 47 da Lei Complementar Nº 123/2006 quando houver beneficiamento para as empresas.

12.4 Ocorrendo o empate ficto, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

13 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.

13.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

13.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

13.3 Nas propostas deverão ser observadas os itens a seguir:

13.3.1 Ser digitada em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas;

13.3.2 Conter todas as especificações do objeto;



13.3.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário e o valor total em algarismos e por extenso;

13.3.4 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerá o primeiro;

13.3.5 Ocorrendo divergência entre valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerá o primeiro;

13.3.6 A oferta deverá ser firme e precisa, contendo até duas casas decimais, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

13.3.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.3.8 Nos valores propostos e nos lances que vier a fornecer já deverão estar incluídos todos os custos necessários para a prestação dos serviços, bem como todos os impostos, taxas, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como, quaisquer outros elementos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

13.3.9 Os valores propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Contudo, se a licitante for classificada na sessão de Pregão para ofertar lances por meio do sistema eletrônico, poderá fazê-lo na forma e na oportunidade prevista neste Edital.

13.3.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

13.4 A proposta de preço deverá conter as informações (vide anexo II):

13.4.1 Razão Social da empresa;

13.4.2 CNPJ/MF (número);

13.4.3 Número do contato telefônico;

13.4.4 Endereço comercial;

13.4.5 Banco, agência, número da conta corrente da licitante e Pix;

13.4.6 Valor unitário e valor total do item;

13.4.7 Quantidade e especificação;

13.4.8 Prazo de validade da proposta

13.6 O Licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:

13.6.1 DECLARAÇÃO DE ANEXAÇÃO DE DOCUMENTOS: “Declaro sob as penas da lei, que anexei todos documentos solicitado para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores”;

13.6.2 DECLARAÇÃO DE COTA DE APRENDIZAGEM: “Declaro sob as penas da Lei, que cumpro a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT”;



13.6.3 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO DO INCISO XXXIII DO ART 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: “Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal”;

13.6.4 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS: “Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores”;

13.6.5 DECLARAÇÃO DE NÃO TRABALHO FORÇADO E DEGRADANTE: “Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal”;

13.6.6 DECLARAÇÃO DE DESOBRIGAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS: “Declaro, para os devidos fins de qualificação no certame licitatório conforme estabelecido no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, que ESTAMOS DESOBRIGADO a reservar percentual de seus cargos para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela Previdência Social, tendo em vista o não enquadramento na hipótese legal prevista no art. 93, caput, da Lei nº 8.213 de 1991”;

13.6.7 DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS: “Declaro que, conforme disposto no art. 93 a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo as regras de acessibilidade nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT”;

13.6.8 DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO ME/EPP: “Declaro que cumpro os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021”;

13.6.9 DECLARAÇÃO DE RESPEITO AO LIMITE DE FATURAMENTO DE EPP: “Declaro que, no ano-calendário de realização do certame licitatório, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte”;

13.6.10 DECLARAÇÃO QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO: “Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação e que a proposta está em conformidade com as exigências do Edital e seus anexos”;

13.6.11 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS TERMOS DA PROPOSTA E DO TERMO DE REFERÊNCIA: “Declaro que o objeto desta licitação será executado de acordo com as especificações definidas na proposta e no Termo de Referência, respeitando as condições estabelecidas no Edital e seus anexos”;



13.6.12 DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE: “Declaro que não fomos declarados inidôneos, bem como não estou cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitações, junto a órgãos da Administração Pública, direta, indireta ou fundacional, em virtude de contratos firmados anteriormente”;

13.6.13 DECLARAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE: “Declaro que nossa proposta foi elaborada Independentemente de qualquer outra proposta”;

13.6.14 DECLARAÇÃO NEGATIVA DE VÍNCULO: “Declaro não possuir vínculo profissional ou de parentesco no quadro societário (como sócio majoritário, sócio administrador ou gestor) com Servidor Público deste Poder Legislativo Municipal, que ocupe cargo de direção, responsável pela licitação ou cargo que possa influenciar no certame”;

13.7 As declarações exigidas neste Edital e Anexos e não constantes no sistema deverão ser confeccionadas pelas empresas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação.

13.8 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

13.9 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar Nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

13.10 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC Nº 123, de 2006.

13.11 As empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil deverão apresentar documentação comprobatória da representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente e judicialmente.

13.12 A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto 10.024/2019, na Lei Nº 14.133/21 e neste Edital.

13.13 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

13.14 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

13.15 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13.16 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



13.17 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto Federal Nº 10.024/2019, irá perdurar por mais de um dia.

13.18 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

13.19 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

14 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

14.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e locais indicados neste Edital.

14.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

14.3 Durante a sessão pública a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

14.4 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Edital.

14.5 Também será desclassificada a proposta que não identifique o licitante.

14.6 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.7 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.8 Somente as propostas classificadas pelo Pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

14.9 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.10 O intervalo mínimo do lance será de R\$1,00 (um real), e a licitante que ofertar lance menor terá seu preço rejeitado pelo Pregoeiro.

14.11 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

14.12 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

14.13 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

14.14 Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.



14.15 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

14.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.17 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

15 MODO DE DISPUTA E ETAPA DE LANCES.

15.1 O lance deverá ser ofertado pelo menor valor unitário do item e o modo de disputa para este Pregão será MODO DE DISPUTA ABERTO:

15.1.1 A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

15.1.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;

15.1.3 Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente;

15.1.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema e definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações, conforme disposto no § 3º do art. 23 da IN Seges/ME 73/2022.

15.1.5 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

16 DO DESEMPATE

16.1 Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal Nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto Federal Nº 8.538/2015.

16.2 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas.

16.3 A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto e encaminhar uma última oferta.

16.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de



pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

16.5 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado, quando for o caso.

16.6 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

16.6.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

16.6.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

16.6.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

16.6.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

16.7 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

16.7.1 Empresas estabelecidas no território do município de Paragominas ou no Estado do Pará;

16.7.2 Empresas brasileiras;

16.7.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

16.7.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

17 DA NEGOCIAÇÃO

17.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e verificada a possibilidade de empate, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

17.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

17.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

17.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

17.5 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o



caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

17.6 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

17.7 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

18 DA DESCONEXÃO DO SISTEMA NA ETAPA DE LANCES.

18.1 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecerem acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

18.2 Se a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do Pregoeiro do fato aos participantes, no sítio eletrônico no Portal M2A COMPRAS (<http://precodereferencia.m2atecnologia.com.br>), quando serão divulgadas a data e hora para a sua reabertura.

19 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

19.1 A sessão pública poderá ser reaberta: nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.2 Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.3 Quando houver erro na aceitação do melhor preço classificado ou quando o licitante declarado vencedor não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.4 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.5 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

20 DA FASE DE JULGAMENTO.

20.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e conforme condições do art. 14 da Lei Nº 14.133/2021, legislação correlata e do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao:

- a) Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF);
- b) Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da CGU;



c) Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

20.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992.

20.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

20.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º)

20.5 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN Nº 3/2018, art. 29, §2º)

20.6 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

20.7 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

20.8 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 29 a 35 da IN Seges nº 73, de 30 de setembro de 2022.

20.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

21.9.1 Contiver vícios insanáveis;

21.9.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

21.9.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

21.9.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

21.9.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

20.10 Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor 0 (zero), incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

20.11 A proposta que apresentar preço inexequível, de acordo com o art. 59, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021, poderá ser oportunizada, no prazo de 02 (duas) horas, a demonstração da viabilidade dos valores ofertados, através de planilha de composição de custos, conforme precedentes do Tribunal



de Contas da União – Acórdãos nº. 2.528/2012 (Relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 571/20136 (Relator Ministro Benjamin Zymler), 1.92/2013 (Relator Ministro Raimundo Carreiro) e 3.092/2014 (Relator Ministro Bruno Dantas), e súmula 262 do TCU.

20.12 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

20.13 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

21.13.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

21.13.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

20.14 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

20.15 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

20.16 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação:

21.16.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

21.16.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

20.17 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

20.18 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

20.19 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

20.20 A licitante detentora da proposta mais bem classificada que deixar de atender à solicitação prevista neste Capítulo, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.



20.21 O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta.

21 DA PROPOSTA CONSOLIDADA.

21.1 A proposta vencedora só será adjudicada e homologada, quando a(s) licitante(s) vencedora(s) apresentar ao Pregoeiro a proposta consolidada, no prazo de 02 (duas) horas, via sistema, assim como deverá enviar para o e-mail: cmp.das.dlc@camaraparagominas.pa.gov.br

21.2 Caso não cumpra esse período estará automaticamente desclassificada, sendo convocada a empresa com oferta subsequente.

22 DA FASE DE HABILITAÇÃO.

22.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.

22.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeiro, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

22.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

22.4 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

22.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

22.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

22.7 Os documentos referentes à Habilitação deverão ser anexados em campo próprio do sistema ou excepcionalmente encaminhados por e-mail, quando solicitados pelo Pregoeiro, através do chat disponível no portal M2A Compras, identificando o motivo do pedido para acompanhamento dos demais licitantes.

22.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

22.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas



assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

22.10 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

22.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

22.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

22.12 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

22.13 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

22.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 02(duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

22.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

22.14 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

22.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

22.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

22.15 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

22.15.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



22.15.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

22.16 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.17 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 22.13.1.

22.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

22.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto Nº 8.538/2015).

22.20 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

22.21 Os documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade e não puderem ser consultados via eletrônica, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias de antecedência da data prevista para apresentação das propostas. Exceto os atestados de capacidade técnica que não tem validade.

22.22 Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ, devendo ser observado o seguinte:

22.22.1 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ.

22.22.2 Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

22.22.3 Se a licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.

22.23 A licitante poderá anexar documentos de habilitação durante a sessão pública para fins de comprovar fatos já existentes, com a finalidade de obtenção da melhor proposta para a Administração Pública.



22.24 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos (exceto nos casos em que a falta de emissão seja por culpa do órgão emissor do documento em questão).

22.25 A Documentação obrigatória para habilitação dos licitantes será exigida, exclusivamente, a documentação relativa à:

22.25.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA.

22.25.1.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual (FIC), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

22.25.1.2 Alvará de funcionamento.

22.25.1.3 Cédula de Identidade do proprietário e dos respectivos sócios, se houver.

22.25.1.4 Em se tratando de Procuradores deve ser apresentado instrumento de procuração pública ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, que comprovem os poderes do mandante para a outorga.

22.25.1.5 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

22.25.1.6 No caso de sociedade empresária de responsabilidade limitada (LTDA) ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

22.25.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

22.25.2.1 Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

22.25.2.1.1 No caso de empresa que esteja em processo de recuperação judicial, em homenagem a decisão do STJ proferida no AREsp 309.867/ES, Dje 8/8/18, a exigência da certidão negativa será relativizada a fim de possibilitar a participação da empresa no certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que evidencie que a empresa está apta, econômica e financeiramente, para participar de procedimento licitatório.

22.25.2.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, demonstrando boa situação financeira e apresentados na forma da lei, sendo vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios. Excluída qualquer possibilidade de apresentação de demonstrações contábeis de qualquer outro exercício.



22.25.2.3 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

22.25.2.4 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Índice de Liquidez Geral $\geq$

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = 1,0$$

Índice de Liquidez Corrente $\geq$

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = 1,0$$

22.25.2.4.1 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

22.25.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

22.25.3.1 A empresa licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa já executou ou executa serviços pertinente(s) e compatível(eis) com o objeto desta licitação. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá ser emitido em nome e com CNPJ da licitante.

22.25.3.1.1 Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

22.25.4 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA.

22.25.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), comprovando que o ramo da atividade é pertinente e compatível com o objeto licitado.

22.25.4.2 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

22.25.4.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

22.25.4.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitido pela Justiça do Trabalho.

22.25.4.5 Caso o prestador de serviços não consiga emitir as CND estadual por ser isento de tributação relacionada ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.



22.25.4.6 Caso o licitante detentor do melhor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/07, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação. No prazo de 5 (cinco) dias prorrogável por igual período a critério da administração.

22.25.4.7 O Pregoeiro verificará a autenticidade das documentações enviadas, mediante consulta nos sítios oficiais, na base de dados dos órgãos e entidades emissores de certidões, constituindo a verificação meio legal de prova, para fins de habilitação

23 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.

23.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.2 O Pregoeiro declarará o vencedor e, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema.

23.3 Havendo quem se manifeste, caberá o Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

23.4 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

23.5 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

23.5.1 A motivação do recurso deverá ser específica e fundamentada, indicando os artigos da lei e os itens do edital que foram desrespeitados.

23.5.2 A licitante que manifestar intenção de recurso sem motivação clara, objetiva e específica ou com motivação genérica ou ainda com fundamentação ausente ou inapropriada, terá sua intenção de recurso rejeitada pelo pregoeiro.

23.6 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico.

23.7 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

23.8 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

23.9 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

23.10 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



23.11 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

23.12 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

23.13 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

24 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

24.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório nos termos do disposto no inciso V, do art 13 do caput, da Lei 10.024/21.

24.2 Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17 da Lei 10.024/21.

24.3 O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas e habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

24.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

25 DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO.

25.1 Homologada a licitação, será formalizado o Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o Edital e anexos, Termo de Referência e da Proposta readequada da(s) empresa(s) considerada(s) vencedora(s).

25.2 Antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo (§ 4º do art. 91 da Lei Federal nº 14.133/2021).

25.3 A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo **de 03 (três) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

25.4 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01(uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

25.5 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os



licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

25.6 O contrato terá vigência de 12 (meses), admitida a prorrogação contratual nos termos da Lei nº 14.133/21.

25.7 A empresa vencedora deverá, obrigatoriamente, assinar o contrato de forma digital, de acordo com a **Resolução nº 11.535/TCM-PA de 01/07/2014**.

25.8 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta consolidada do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

26 DA FISCALIZAÇÃO.

26.1 A fiscalização e acompanhamento da execução do contrato serão exercidos por servidor previamente designado para este fim.

27 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

27.1 Sem prejuízo do respeito aos dispositivos legais que fundamentam os certames licitatórios, as obrigações inerentes à Contratada encontram-se previstas no Termo de Referência (Anexo I) e Minuta de Contrato (Anexo IV), parte integrante deste Edital.

28 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

28.1 Além das normas presentes no diploma legal referente à matéria de licitações e contratos, as demais obrigações da contratante encontram-se previstas no Termo de Referência (Anexo I) e Minuta de Contrato (Anexo IV), parte integrante deste Edital.

29 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

29.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

29.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis

29.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



29.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

29.5 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

29.6 O pagamento será realizado por meio de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

29.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como efetuada a transferência bancária para pagamento.

29.8 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

29.9 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

30 DOS RECURSOS FINANCEIROS.

30.1 As despesas para fazer frente às futuras obrigações correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento. pela seguinte dotação:

Exercício 2025:

Unidade Orçamentária: 0101 Câmara Municipal.

Função: 01 Legislativa.

Sub Função: 031 Ação Legislativa.

Programa: 0001 Ação Legislativa.

Atividade: 0101.01.031.0001.2.001 Manutenção da Câmara Municipal.

Dotação Orçamentária: Materiais de Consumo

Dotação Orçamentária: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Elemento de despesa: Materiais de Consumo - 3.3.90.30.00

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

31 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

31.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

31.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

31.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

31.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

31.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



- 31.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 31.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;
- 31.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 31.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 31.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 31.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 31.1.5 Fraudar a licitação;
- 31.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 31.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 31.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 31.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 31.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 31.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 31.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 31.2.1 Advertência;
 - 31.2.2 Multa;
 - 31.2.3 Impedimento de licitar e contratar e
 - 31.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 31.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 31.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 31.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
 - 31.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 31.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 31.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



31.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

31.4.1 Para as infrações previstas nos itens 31.1.1, 31.1.2 e 31.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

31.4.2 Para as infrações previstas nos **itens 31.1.4, 31.1.5, 31.1.6, 32.1.7 e 31.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

31.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

31.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

31.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **itens 31.1.1, 31.1.2 e 31.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

31.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 31.1.4, 31.1.5, 31.1.6, 31.1.7 e 31.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 31.1.1, 31.1.2 e 32.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

31.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 31.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

31.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo **de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

31.11 Caberá recurso no prazo **de 15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo **de 5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo **de 20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.



31.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo **de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo **de 20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

31.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

31.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

32 DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO.

32.1 A autoridade competente para homologar este certame poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

32.2 A anulação do procedimento licitatório induz a anulação do contrato oriundo deste Pregão Eletrônico.

32.3 Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do prestador de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato e das condições deste Edital.

32.4 No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

33 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

33.1 Será divulgada ata da sessão pública ou documento equivalente no sistema eletrônico.

33.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

33.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

33.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

33.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

33.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

33.7 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



33.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

33.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

33.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

33.11 A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irretratável das normas do edital, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

34 DOS ANEXOS.

34.1 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I: Termo de Referência;

ANEXO II: Modelo de Proposta;

ANEXO III: Orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários;

ANEXO IV: Minuta de Contrato;

ANEXO V: Minuta da Ata de Registro de Preços.

Paragominas, 03 de novembro de 2025

FABIO DE SOUSA Assinado de forma digital
por FABIO DE SOUSA
ARAUJO:702568 ARAUJO:70256845204
45204 Dados: 2025.11.03
12:10:00 -03'00'
FÁBIO DE SOUSA ARAÚJO
Pregoeiro – CMP
Portaria Nº 085/2025 – GP/CMP



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo Nº 024/2025 – CMP)

1 OBJETO.

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS, PNEUS E NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, ABRANGENDO AS ÁREAS DE MECÂNICA, ELÉTRICA E REFRIGERAÇÃO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS.

2 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

2.1 A contratação será realizada de acordo com as especificações constantes na tabela abaixo, observadas as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT/ CATSER	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	VALOR MÉDIO UNITÁRIO (R\$)	VALOR MÉDIO TOTAL (R\$)
01	444754	DISCO DE FREIO VENTILADO Especificações: Par Disco de Freio Dianteiro Ventilado, tornando o toque do pedal mais macio, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	10	UND.	384,06	3.840,60
02	246903	JOGO DE PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRO Especificações: Posição Dianteiro serve no Lado Esquerdo e Direito, feito em Material Semimetálico, compatível com o veículo Triton L200 ano 2016.	10	UND.	234,41	2.344,10
03	338944	JOGO DE SAPATAS DE FREIO COM LONAS Especificações: jogo de sapatas de freio incluindo lonas, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	10	UND.	340,70	3.407,00
04	618663	TAMBOR DE FREIO especificações: tem como função principal formar a superfície de atrio com a qual a lona de freio irá ser comprimida, compatível com veículo triton l200 ano 2016.	10	UND.	525,09	5.250,90
05	237861	BARRA DE DIREÇÃO (AXIAL) Especificações: Material em aço resistente, completo, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	12	UND.	144,94	1.739,28
06	237861	TERMINAL DE DIREÇÃO - LADO DIREITO E ESQUERDO Especificações: Terminal De Direção Posição: Lado direito e esquerdo, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	10	UND.	173,33	1.733,30



07	447875	EIXO HOMOCINÉTICO - LADO DIREITO E ESQUERDO Especificações: Compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	08	UND.	976,39	7.811,12
08	447875	EIXO HOMOCINÉTICO EXT LADO DIREITO E ESQUERDO – L200 TRITON Especificações: Para montagem no Lado direito e esquerdo do veículo, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	6	UND.	1.032,01	6.192,06
09	447875	EIXO HOMOCINÉTICO EXT LADO DIREITO E ESQUERDO – CHEVROLET S10 Especificações: Para montagem no Lado direito e Esquerdo do veículo, compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	6	UND.	980,07	5.880,42
10	480311	COIFA HOMOCINÉTICA EXTERNA Especificações: Material da coifa homocinética em borracha, Tipo oval compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	10	UND.	70,51	705,10
11	480311	COIFA HOMOCINÉTICA INTERNA Especificações: Material da coifa homocinética em borracha, Tipo oval compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	10	UND.	56,47	564,70
12	277891	AMORTECEDOR TRASEIRO Especificações: Plus a gás, tipo argola-argola, Posição Traseiro, serve no lado Direito e Esquerdo, lubrificado compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	08	UND.	419,66	3.357,28
13	277894	AMORTECEDOR DIANTEIRO Especificações: Contendo Plus a gás Posição Dianteiro, serve no lado Direito e Esquerdo, lubrificado, compatível com veículo L200 ano 2016.	08	UND.	559,68	4.477,44
14	341987	BASE DO AMORTECEDOR DIANTEIRO COM BATENTE E COIFA Especificações: Material do coxim amortecedor: Metal e Borracha, Material da bucha: Borracha, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	08	UND.	388,05	3.104,40
15	338952	BUCHA AMORTECEDOR Especificações: Material Aço/Borracha Tipo de bucha de controle de suspensão de amortecedor, Tipo de veículo Triton L200 ano 2016.	12	UND.	53,73	644,76
16	355028	PIVÔ DE SUSPENSÃO INFERIOR Especificações: Pivô de suspensão posição: inferior dianteiro, lado: esquerdo e lado	08	UND.	157,35	1.258,80



		direito, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.				
17	355029	PIVÔ DE SUSPENSÃO SUPERIOR Especificações: Pivô de suspensão superior lado direito e lado esquerdo incluindo porca e demais itens completos compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	08	UND.	107,93	863,44
18	269566	PNEU 265/70R16 112T FR SEM CÂMERA Especificações: Pneu tamanho e aro: 265/70R16, Aro 16, carga máxima: 1120 kg, velocidade máxima: 190 km/h (F), eficiência de aderência sobre piso molhado: (E), Design da banda de rodagem simétrico, com redução de ruído, com calibragem de 19 psi, quilometragem média de 50.000 km, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	20	UND.	1.040,54	20.810,80
19	13249	VALVULA DO PNEU Especificações: Válvula do pneu para evitar esvaziamento do mesmo feito em material de borracha resistente compatível com veículo Triton L200ano 2016 e Chevrolet S10.	40	UND.	14,50	580,00
20	245348	BATERIA 90 HD Especificações: Capacidade da bateria: 90 Ah, Voltagem: 12V, Material: Chumbo ácido, completa, compatível com veículo Triton L200 ano2016 e Chevrolet S10.	04	UND.	792,02	3.168,08
21	359537	CORREIA DO ALTERNADOR (MULT V) Especificações: Feita em material de borracha resistente, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	12	UND.	58,14	697,68
22	613599	MOTOR DE PARTIDA Especificações: motor de partida para veículo Triton L200 ano 2016.	02	UND.	1.723,74	3.447,48
23	616672	ALTERNADOR Especificações: compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	02	UND.	1.194,17	2.388,34
24	618598	SENSOR TRAÇÃO (ESFERA) Especificações: Compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	04	UND.	171,11	684,44
25	618598	SENSOR TRAÇÃO (PINO) Especificações: Compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	04	UND.	160,25	641,00
26	304751	JOGO DE PALHETAS LIMPADOR PARABRISA L200 Especificações: Material resistente aos raios solares, elaborado em borracha de alta qualidade, material flexível e resistente, com maior eficiência de limpeza e durabilidade,	06	UND.	86,11	516,66



		feito em silicone, borracha grafitada resistente, contendo 02 palhetas por jogo compatível com veículo Triton L200 ano 2016.				
27	384762	LÂMPADA HALÓGENA 12V H4 Especificações: Lâmpada Halógena, com encaixe: H4, Tensão de Operação: 12V, Potência de Saída: 60/55W, Base Soquete: P43t, Base de Lâmpada em Metal, feita em vidro de quartzo com proteção UV, completa compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	16	UND.	63,10	1.009,60
28	611188	KIT DE EMBREAGEM (DISCO, PLATÔ, ROLAMENTO) Especificações: Kit de Embreagem contendo Platô + Disco + Rolamento. (Novos/Completa), compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	04	UND.	2.113,79	8.455,16
29	Não Encontrado	CABEÇOTE PARCIAL DO MOTOR L200 material: Alumínio, posição das velas ignição: vertical, compatível com veículo	02	UND.	5.667,41	11.334,82
30	257383	JUNTA DA TAMPA DE VÁLVULAS (KIT) Especificações: Kit de junta da tampa de válvulas do motor, tipo de uso regular, material em borracha resistente, completo, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	06	UND.	256,23	1.537,38
31	466859	CORREIA DO ACD (MULT V) Especificações: Material em borracha resistente, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	06	UND.	107,18	643,08
32	616839	DISCO DE FREIO VENTILADO Especificações: Disco de freio, posição dianteiro, tipo disco ventilado, completo compatível com veículo chevrolet S10.	12	UND.	363,05	4.356,60
33	618974	JOGO DE SAPATAS DE FREIO COM LONAS Especificações: jogo de sapatas de freio incluindo lonas, compatível com veículo Chevrolet S10.	12	UND.	275,95	3.311,40
34	618663	TAMBOR DE FREIO Especificações: Tambor de freio completo, compatível com veículo chevrolet S10.	10	UND.	415,00	4.150,00
35	237861	BARRA DE DIREÇÃO (AXIAL) Especificações: Material em aço resistente, completo, compatível com veículo chevrolet S10.	10	UND.	145,05	1.450,50



36	357559	TERMINAL DE DIREÇÃO- LADO ESQUERDO E LADO DIREITO Especificações: Compatíveis com o lado direito e lado esquerdo, completo, compatível com veículo chevrolet S10.	10	UND.	166,48	1.664,80
37	Não Encontrado	CUBO DE RODA Especificações: Posição do eixo Dianteiro, incluindo rolamento completo, compatível com veículo chevrolet S10.	04	UND.	754,68	3.018,72
38	15856	EIXO HOMOCINÉTICO LADO DIREITO E ESQUERDO Especificações: material em aço e borracha resistente, compatível com veículo chevrolet S10.	08	UND.	1.683,87	13.470,96
39	313548	AMORTECEDOR DIANTEIRO Especificações: Amortecedor dianteiro na cor Preto, com tecnologia a gás, utilizado no lado esquerdo (motorista) ou direito (passageiro), compatível com veículo Chevrolet S10, completo.	08	UND.	539,43	4.315,44
40	627213	AMORTECEDOR TRASEIRO Especificações: Amortecedor traseiro compatível com veículo chevrolet s10 completo.	08	UND.	334,86	2.678,88
41	256980	BIELETA ESTABILIZADORA LADO DIREITO E ESQUERDO Especificações: Compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	24	UND.	96,71	2.321,04
42	15888	BIELETA ESTABILIZADORA LADO DIREITO E ESQUERDO Especificações: Compatível com veículo L200 Triton ano 2016.	24	UND.	90,34	2.168,16
43	25216	SERVIÇO DE FREIO DIANTEIRO/TRASEIRO Especificações: manutenção, troca ou montagem de sistema de freio dianteiro e traseiro dos veículos Triton L200 ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	40	UND.	157,26	6.290,40
44	365686	PNEU 265/60R18 107T SEM CÂMARA Especificações: Medida Nominal: 265/60R18; Aro18; Diâmetro Externo Total: Aproximadamente 775 mm; Índice de Carga Mínimo: 107 (975 kg por pneu); Índice de Velocidade Mínimo: T (190 km/h), aceitando-se índices superiores (H ou V); Estrutura: Carcaça robusta e laterais reforçadas, específica para caminhonetes; Desempenho: Deve garantir excelente tração e aderência em superfícies secas, molhadas e terrenos	20	UND.	1.395,00	27.900,00



		irregulares (terra, cascalho); Ruído Externo: Nível de ruído recomendado de no máximo 74 dB; Durabilidade Estimada: A quilometragem média esperada (em condições normais de uso e manutenção) é de, no mínimo, 50.000 km; Garantia: O produto deverá oferecer Garantia de 5 (cinco) anos contra Defeito de Fabricação. compatível com veículo chevrolet S10 2021.				
45	25216	SERVIÇO DE ALINHAMENTO DOS PNEUS Especificações: Manutenção, troca ou montagem completa dos pneus dianteiros dos veículos L200 triton ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	30	UND.	75,67	2.270,10
46	25216	SERVIÇO COMPLETO DE BALANCEAMENTO Especificações: Serviço completo de balanceamento dos Pneus dos veículos L200 Triton ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	60	UND.	15,38	922,80
47	25216	SERVIÇO DE CAMBAGEM COMPLETO Especificações: Serviço completo de cambagem dos pneus dos veículos Triton L200 ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	16	UND.	57,13	914,08
48	25216	SERV. DE REPARO A FRIO Especificação: para pneu sem câmara tubeless carro - tipo macarrões	60	UND.	13,78	826,80
49	25216	SERV. DE REPARO DE PNEU POR VULCANIZAÇÃO - ABERTURA COM CERCA DE 3 OU 4 CENTÍMETROS Especificação: Processo químico que consiste, basicamente, em criar uma superfície mais rígida retirada e desmontagem do pneu por completo, raspagem da parte interna do pneu aplicação do produto químico, acrescentamos uma tela ou pedaço de borracha para que o produto adere à superfície, após a aplicação da tela e do produto, é necessário que haja um aquecimento e um resfriamento. Para os veículos L200 ano 2016 e Chevrolet S10.	24	UND.	66,74	1.601,76
50	616057	FILTRO DE GABINE L200 Especificações: Filtro do ar-condicionado de Cabine, o filtro tem a função de filtrar impurezas presentes fora do veículo e circula no sistema de ventilação, contendo uma Unidade, compatível com veículo L200.	14	UND.	45,00	630,00
51	15226	FILTRO DE GABINE S10	14	UND.	41,52	581,28



		Especificações: Filtro do ar-condicionado de Cabine, o filtro tem a função de filtrar impurezas presentes fora do veículo e circula no sistema de ventilação, contendo uma Unidade, compatível com veículo Chevrolet S10.				
52	308439	COMPRESSOR DE AR Especificações: Compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	02	UND.	2.297,80	4.595,60
53	25216	RECARGAS DE GÁS AR-CONDICIONADO Especificações: Gás para ar-condicionado, compatível com os veículos Triton L200 ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	08	UND.	286,78	2.294,24
54	472239	ADITIVO RADIADOR (COR AZUL) Especificações: Deve conter embalagem com 01 litro de aditivo para radiador biodegradável, de coloração azul, evita ressecamento de mangueiras, anti-congelante, anti-fervura, anti-corrosão, compatível com os veículos Triton L200 ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	08	UND.	51,10	408,80
55	366408	RADIADOR Especificações: Tipo de veículo Triton L200 ano 2016, Tipo de montagem Dianteiro, com ar-condicionado, com Refrigerador interno do óleo de transmissão integrado.	02	UND.	2.141,25	4.282,50
56	473658	CONDENSADOR DE AR Especificações: feito em alumínio brasado que permite uma rápida refrigeração, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	02	UND.	1.397,26	2.794,52
57	25216	SERVIÇO COMPLETO DE AR-CONDICIONADO Especificações: manutenção, troca ou montagem de sistema de ar-condicionado dos veículos Triton L200 ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	20	UND.	421,25	8.425,00
58	442044	FAROL DIANTEIRO LADO ESQUERDO Especificações: Farol dianteiro esquerdo compatível com veículo Chevrolet S10.	02	UND.	656,82	1.313,64
59	442045	FAROL DIANTEIRO LADO DIREITO Especificações: Farol dianteiro direito compatível com veículo Chevrolet S10.	02	UND.	611,11	1.222,22
60	384762	LÂMPADA HALOG 12V H7 Especificações: Lâmpada Halógena, com encaixe: H7, Tensão de Operação: 12V, Potência de Saída: 60/55W, Base Soquete: P43t, Base de Lâmpada em Metal, feita em	16	UND.	40,31	644,96



		vidro de quartzo com proteção UV, completa, compatível com veículo chevrolet S10.				
61	324371	LANTERNA TRASEIRA LADO DIREITO Especificações: Lanterna traseira bicolor, lado direito, feita em material 100% em acrílico resistente, tipo de lâmpada de LED, completa, compatível com veículo Chevrolet S10.	02	UND.	421,10	842,20
62	609739	LANTERNA TRASEIRA LADO ESQUERDO Especificações: Lanterna traseira bicolor, lado esquerdo, feita em material 100% em acrílico resistente, tipo de lâmpada de LED, completa, compatível com veículo Chevrolet S10.	02	UND.	394,35	788,70
63	304751	JOGO DE PALHETAS LIMPADOR PARABRISA-S10 Especificações: Material resistente aos raios solares, elaborado em borracha de alta qualidade, material flexível e resistente, com maior eficiência de limpeza e durabilidade, feito em silicone, borracha grafitada resistente, completa, contendo 02 palhetas por jogo, compatível com veículo chevrolet S10.	06	UND.	161,65	969,90
64	25216	SERVIÇO COMPLETO DE ALTERNADOR Especificações: manutenção, troca ou montagem de sistema do alternador dos veículos L200 Triton ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	16	UND.	186,11	2.977,76
65	321551	JUNTA DA TAMPA DE VÁLVULAS (KIT) Especificações: Kit de junta da tampa de válvulas do motor, tipo de uso regular, material em borracha resistente, completo, compatível com veículo chevrolet S10.	06	UND.	212,85	1.277,10
66	321551	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE (REFIL)-L200 Especificações: Feito de material papel, que está contido dentro da carcaça do filtro, completo, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	20	UND.	64,05	1.281,00
67	312558	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE (REFIL)-S10	20	UND.	66,75	1.335,00



		Especificações: Elemento filtrante: papel, função: filtro óleo, incluindo anel, compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.				
68	632107	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 DIESEL-L200 Especificações: Deve conter embalagem com 01 litro, tipo de motor a Diesel, Tipo de óleo de motor: Mineral, compatível com veículo Triton L200 ano 2016, embalagem contendo 1 litro.	160	UND.	44,48	7.116,80
69	632107	OLEO LUBRIFICANTE DO DIFERENCIAL (CAIXA DE MARCHA) Especificações: Lubrificante do tipo de Óleo Sintético, contendo Volume de 1 litro, embalagem em Plástico reciclável, compatível com os veículos L200 Triton ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	30	UND.	61,31	1.839,30
70	632107	ÓLEO LUBRIFICANTE 5W30 (LITRO)-S10 Especificações: Óleo lubrificante 5W30 do tipo sintético compatível com veículo Chevrolet S10, embalagem contendo 1 litro.	80	UND.	64,85	5.188,00
71	Não Encontrado	FILTRO DE COMBUSTÍVEL(REFIL) - L200 Especificações: Compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	20	UND.	66,10	1.322,00
72	Não Encontrado	FILTRO DE COMBUSTIVEL(REFIL) - S10 Especificações: Refil de filtro de combustível, compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	20	UND.	69,01	1.380,20
73	25216	SERVIÇO COMPLETO DE EMBREAGEM Especificações: Manutenção, troca ou montagem de sistema de embreagem dos veículos L200 Triton ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	20	UND.	627,45	12.549,00
74	629031	SILICONE BLACK - ALTA TEMPERATURA Especificações: Cola silicone, anti- impacto, silicone cor preto, resistente a altas temperaturas, formulado para vedações em motores, baixa temperatura 80°F (26°C), alta temperatura 600°F (315°C), resistente à Pressão, embalagem com 100g.	10	UND.	53,50	535,00
75	485358	CAPOTA MARÍTIMA Especificações: feito em material de lona resistente, estilo de capota marítima com	02	UND.	780,49	1.560,98



		característica enrolável, a prova d'água compatível com veículo Triton 1200 ano 2016.				
76	293500	CAPOTA MARÍTIMA Especificações: feito em material de lona resistente, estilo de capota marítima com característica enrolável, a prova d'água compatível com veículo chevrolet S10.	02	UND.	1.042,96	2.085,92
77	25216	SERVIÇO DE SUSPENSÃO Especificações: manutenção, troca ou montagem de sistema de amortecedores e suspensão dos veículos L200 Triton ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	30	UND.	253,57	7.607,10
78	25216	EVAPORADOR Especificações: compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	02	UND.	688,06	1.376,12
79	476525	MOTOR DE PARTIDA Especificações: compatível com veículo Chevrolet S10.	02	UND.	1.739,39	3.478,78
80	2366	ALTERNADOR Especificações: Compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	02	UND.	1.311,07	2.622,14
81	25216	SERVIÇO DE FUNCIONAMENTO DOS VEÍCULOS Especificações: Diagnostico completo do carro através de análise digital, manutenção, troca ou montagem de sistema de funcionamento e partida dos veículos L200 Triton ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	20	UND.	249,44	4988,80
82	25216	SERVIÇO COMPLETO NO MOTOR DE PARTIDA Especificações: manutenção, troca ou montagem do motor de partida dos veículos L200 Triton ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	20	UND.	186,23	3.724,60
83	25216	SERVIÇO DE REVISÃO ELÉTRICA Especificações: Manutenção, troca, revisão ou montagem completa do sistema elétrico dos veículos L200 Triton ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	20	UND.	207,98	4.159,60
84	Não Encontrado	CABEÇOTE PARCIAL DO MOTOR Especificações: material: alumínio, posição das velas ignição: vertical, compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	02	UND.	5.023,33	10.046,66
85	312447	BUCHA AMORTECEDOR Especificações: Material Aço/Borracha Tipo de bucha de controle de suspensão de	12	UND.	178,45	2.141,40



		amortecedor, Tipo de veículo Chevrolet ano 2021.				
86	257157	PIVÔ DE SUSPENSÃO INFERIOR Especificações: Pivô de suspensão posição: inferior dianteiro, lado: esquerdo e lado direito, compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	08	UND	238,32	1.906,56
87	257156	PIVÔ DE SUSPENSÃO SUPERIOR Especificações: Pivô de suspensão superior lado direito e lado esquerdo incluindo porca e demais itens completos compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	08	UND	229,97	1.839,76
88	359537	CORREIA DO ALTERNADOR (MULT V) Especificações: Feita em material de borracha resistente, compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	12	UND	280,54	3.366,48
89	611188	KIT DE EMBREAGEM – S10 Especificações: Kit de Embreagem compatível com veículo chevrolet S10 ano 2021.	04	UND	2.256,21	9.024,84
90	Não Encontrado	CUBO DE RODA Especificações: incluindo rolamento completo, compatível com veículo L200 triton ano 2016.	04	UND	1.150,53	4.602,12
91	308439	COMPRESSOR DE AR Especificações: Compatível com veículo chevrolet S10 ano 2021.	02	UND	1.818,15	3.636,30
92	616994	RADIADOR Especificações: Tipo de montagem Dianteiro, com ar-condicionado, para o veículo Chevrolet S10 ano 2021.	02	UND	1.853,80	3.707,60
93	Não Encontrado	CONDENSADOR DE AR Especificações: feito em alumínio brasado que permite uma rápida refrigeração, compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	02	UND	1.653,84	3.307,68
94	442044	FAROL DIANTEIRO LADO ESQUERDO Especificações: Farol dianteiro esquerdo compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	02	UND	1.105,86	2.211,72
95	442045	FAROL DIANTEIRO LADO DIREITO Especificações: Farol dianteiro direito compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	02	UND	1.105,86	2.211,72
96	469069	LANTERNA TRASEIRA LADO DIREITO Especificações: Lanterna traseira, lado direito, feita em material 100% em acrílico resistente,	02	UND	535,81	1.071,62



		completa, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.				
97	469069	LANTERNA TRASEIRA LADO ESQUERDO Especificações: Lanterna traseira, lado esquerdo, feita em material 100% em acrílico resistente, completa, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	02	UND	515,31	1.030,62
98	Não Encontrado	EVAPORADOR Especificações: compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	02	UND	765,95	1.531,90
99	480311	COIFA HOMOCINETICA EXTERNA Especificações: Material da coifa homocinética em borracha, Tipo oval compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	10	UND	101,05	1.010,50
100	480311	COIFA HOMOCINETICA INTERNA Especificações: Material da coifa homocinética em borracha, Tipo oval compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	10	UND	78,92	789,20
101	618867	BASE DO AMORTECEDOR DIANTEIRO COM BATENTE E COIFA Especificações: Material do coxim amortecedor: Metal e Borracha, Material da bucha: Borracha, compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	08	UND	328,52	2.628,16
102	Não Encontrado	VALVULA EGR COMPLETA L200 TRITON ANO 2016 Especificação: compatível com o veículo Triton L200 ano 2016	02	UND	2.441,67	4.883,34
103	246903	JOGO DE PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRO Especificações: Posição Dianteiro serve no Lado Esquerdo e Direito, feito em Material Semimetálico, compatível com o veículo Chevrolet S10 ano 2021	10	UND.	286,53	2.865,30
104	466859	CORREIA DO ACD (MULT V) Especificações: Material em borracha resistente, compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	06	UND.	146,95	881,70
VALOR MÉDIO GLOBAL (R\$)					355.615,60	

2.2 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado nos termos da mesma Lei.

2.3 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato.



2.4 A vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogada por igual período, caso haja a comprovação de que o preço permanece vantajoso para a Administração.

2.5 A apuração das propostas será realizada pelo critério de menor preço unitário, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei Federal Nº 14.133/2021.

2.6 Os itens referenciados pelo presente Termo de Referência não se enquadram como bens de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818/21, bem como possuem natureza comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, inciso XIII da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.

3 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação será regida pela Lei Federal Nº 14.133/21, que estabelece as normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da administração pública.

3.2 A presente contratação visa atender à necessidade de manutenção preventiva e corretiva, bem como de fornecimento de peças e insumos automotivos, destinados aos veículos oficiais da Câmara Municipal de Paragominas (CMP), sendo estes uma Mitsubishi L200 Triton, ano 2016, e uma Chevrolet S10, ano 2021.

3.3 Ambos os veículos são utilizados para o desempenho das atividades administrativas, legislativas e de representação oficial da CMP, realizando transporte de vereadores e servidores, materiais e equipamentos, além de deslocamentos para reuniões, eventos e atividades externas de interesse público. Por essa razão, trata-se de bens essenciais ao funcionamento da Casa Legislativa, cuja paralisação comprometeria a continuidade das ações administrativas e o atendimento das demandas do Poder Legislativo Municipal.

3.4 Considerando que os veículos possuem ano de fabricação distintos e já apresentam desgaste natural decorrente do uso contínuo e do tempo de operação, torna-se indispensável garantir a manutenção regular e o fornecimento ágil de peças originais ou equivalentes de qualidade, de modo a preservar sua segurança, confiabilidade e eficiência.

3.5 A Mitsubishi L200 Triton (2016), por ser o veículo mais antigo, requer revisões mais frequentes e substituições periódicas de componentes mecânicos e elétricos em razão do desgaste acumulado pelo tempo de utilização. Já a Chevrolet S10 (2021), embora mais recente, necessita igualmente de acompanhamento técnico preventivo e de trocas regulares de óleo, filtros e fluídos, para garantir seu bom desempenho e evitar danos maiores ao motor e demais sistemas.

3.6 A ausência de contrato vigente para manutenção e reparos cria um cenário de risco administrativo e operacional, pois obriga a Administração a buscar soluções emergenciais ou pontuais, normalmente mais onerosas e desorganizadas, contrariando o princípio do planejamento e da economicidade previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021. Ademais, atrasos na reposição de peças ou na realização de reparos podem ocasionar a imobilização dos veículos, prejudicando o atendimento de demandas urgentes e a execução de atividades rotineiras da Câmara Municipal.

3.7 Dessa forma, a prestação dos serviços e fornecimento das peças necessárias não apenas garante a continuidade das atividades institucionais, mas também proporciona maior controle, eficiência e previsibilidade dos gastos públicos, uma vez que permitirá a execução das manutenções sob programação regular e demanda controlada, evitando interrupções imprevistas e gastos emergenciais.



4 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está de acordo com o Planejamento das Contratações da Câmara Municipal de Paragominas.

PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL 2025	
004- Compras	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E PNEUS, E A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS/PA.

5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.

5.1 A solução que melhor atenderá a CMP consiste na **SOLUÇÃO 01** que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS, PNEUS E NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, ABRANGENDO AS ÁREAS DE MECÂNICA, ELÉTRICA E REFRIGERAÇÃO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS.**

Ciclo de Vida da Solução Adotada

5.2 O ciclo de vida das peças e serviços é interdependente: peças de qualidade prolongam intervalos entre manutenções, e uma manutenção bem planejada preserva a vida útil das peças e do veículo. Para a CMP, isso garante continuidade operacional, economicidade e controle sobre os veículos, mesmo que tenham tempo de uso diferentes como a L200 Triton que é do ano 2016 e a S10 do ano 2021.

Ciclo de Vida das Peças

5.3 O ciclo de vida das peças adquiridas para os veículos da CMP pode ser descrito em etapas sequenciais:

Aquisição e recebimento

5.4 Seleção e compra das peças conforme especificações técnicas do fabricante e necessidades dos veículos.

5.5 Conferência de qualidade, quantidade e conformidade com as normas técnicas antes do recebimento.

5.6 Registro adequado para evitar deterioração, perdas ou extravios.

Instalação e uso

5.7 Instalação das peças nos veículos durante serviços de manutenção preventiva ou corretiva.

Utilização das peças no dia a dia, respeitando limites de operação e recomendações técnicas do fabricante.

Monitoramento e manutenção

5.8 Acompanhamento do desempenho das peças durante sua vida útil, identificando desgaste ou falhas precoces.

5.9 Manutenção preventiva de peças que podem ser ajustadas, lubrificadas ou calibradas para prolongar sua durabilidade.



Substituição ou descarte

5.10 Substituição das peças ao atingir o fim de sua vida útil, falha ou obsolescência.

Destinação adequada das peças usadas, seguindo normas ambientais e de segurança, evitando desperdício ou impacto ambiental.

Ciclo de Vida dos Serviços de Manutenção

5.11 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva seguem um ciclo contínuo e estratégico para garantir a disponibilidade operacional dos veículos:

Planejamento e agendamento

5.12 Definição das manutenções preventivas conforme recomendações do fabricante e histórico de uso do veículo.

5.13 Planejamento da manutenção corretiva diante de falhas detectadas ou emergências.

Execução do serviço

5.14 Realização da manutenção por profissionais qualificados, utilizando peças e materiais compatíveis.

5.15 Testes de funcionamento após o serviço para garantir que o veículo esteja apto para operação.

Registro e acompanhamento

5.16 Documentação detalhada de todos os serviços realizados, incluindo peças utilizadas, prazos e responsáveis.

5.17 Monitoramento contínuo da performance do veículo, permitindo planejamento futuro de manutenção preventiva e corretiva.

Avaliação e ajuste

5.18 Análise do histórico de manutenção para identificar padrões de falhas, oportunidades de melhoria ou necessidade de atualização de peças e serviços.

5.19 Ajuste do cronograma de manutenção e aquisição de peças, garantindo eficiência, redução de custos e aumento da vida útil da dos veículos.

6 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

Requisitos de Habilitação

6.1 A solução deverá apresentar documentação que comprove o atendimento aos requisitos legais de habilitação e qualificação. Serão requeridos, no mínimo:

- a) Habilitação jurídica;
- b) Regularidade fiscal, previdenciária (FGTS), social e trabalhista;
- c) Qualificação técnica, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto;
- d) Qualificação econômico-financeira.

Requisitos legais.

6.2 A solução pretendida deve observar os princípios da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo legalidade, eficiência, economicidade e atendimento ao interesse público.



6.3 Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC) – Aplicável especialmente no que se refere à responsabilidade técnica, à garantia da qualidade dos serviços e à proteção dos direitos do contratante, assegurando que a Administração Pública tenha respaldo em caso de falhas ou descumprimentos contratuais.

Requisitos Técnicos da Execução do Serviço.

6.4 A solução deverá conter no mínimo:

Serviços de Mecânica Leve e Geral

- 6.4.1 Troca e/ou reparo de componentes do sistema de freios, suspensão, direção, embreagem, câmbio e motor;
- 6.4.2 Substituição de correias, rolamentos, filtros e outros elementos de desgaste natural;
- 6.4.3 Manutenção de sistemas de arrefecimento e refrigeração automotiva;
- 6.4.4 Manutenção do sistema de ar-condicionado, incluindo recarga de gás e substituição de filtros de cabine.

Serviços Elétricos

- 6.4.5 Diagnóstico e reparo em sistema de ignição, injeção eletrônica, alternador e motor de partida;
- 6.4.6 Verificação e substituição de lâmpadas;
- 6.4.7 Manutenção do sistema de iluminação e sinalização externa e interna.

Serviços de Borracharia e Pneus

- 6.4.8 Troca, rodízio, alinhamento e balanceamento de pneus;
- 6.4.9 Reparos nos pneus e válvulas;
- 6.4.10 Calibragem e inspeção preventiva de pneus.

Troca de Óleos e Lubrificantes

- 6.4.11 Troca programada de óleo do motor, fluido de freio, óleo de câmbio e direção hidráulica;
- 6.4.12 Substituição de filtros de óleo, ar e combustível conforme especificações do fabricante;
- 6.4.13 Utilização de produtos certificados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e homologados pelas montadoras dos veículos.

Fornecimento de Peças e Materiais

- 6.4.14 As peças devem ser novas, originais de fábrica ou equivalentes de primeira linha, com garantia mínima de 90 dias;
- 6.4.15 É vedado o fornecimento de peças usadas, reconcondicionadas ou de procedência duvidosa;
- 6.4.16 A substituição de peças dependerá de autorização formal da CMP, mediante aprovação;
- 6.4.17 Todas as peças trocadas deverão ser apresentadas para conferência e devolvidas à CMP, conforme determinação do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Requisitos geográficos



6.5 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Paragominas (CMP) deverão ser realizados nas dependências da contratada, em local que disponha de estrutura física e técnica adequada à execução integral dos serviços contratados, tais como:

- 6.5.1 Espaço coberto e seguro para abrigar os veículos durante o reparo;
- 6.5.2 Equipamentos e ferramentas especializadas de diagnóstico e manutenção automotiva;
- 6.5.3 Área de armazenamento apropriada para peças e insumos;
- 6.5.4 Infraestrutura de segurança e controle ambiental para o manejo e descarte de resíduos automotivos.

6.6 Considerando a necessidade de agilidade no atendimento e a continuidade dos serviços públicos prestados pela CMP, o estabelecimento da contratada deverá estar localizado em um raio máximo de 05 (cinco) quilômetros da sede da Câmara Municipal de Paragominas.

6.7 Essa exigência justifica-se pelos seguintes motivos técnicos e operacionais:

- 6.7.1 Rapidez no atendimento a emergências: possibilita deslocamento imediato do veículo em caso de falhas que possam comprometer a segurança, evitando agravamento do problema ou necessidade de reboque a longas distâncias.
- 6.7.2 Eficiência operacional: reduz o tempo de indisponibilidade dos veículos oficiais, garantindo a execução tempestiva de atividades institucionais e administrativas.
- 6.7.3 Racionalização de recursos públicos: minimiza custos de deslocamento, transporte e eventual estadia de servidores, assegurando economicidade e eficiência, conforme o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.4 Segurança e controle da execução contratual: a proximidade geográfica facilita a atuação do fiscal do contrato e a vistoria técnica dos serviços, permitindo maior controle e mitigação de riscos.

6.8 A contratada deverá comprovar, no momento da habilitação, o endereço do local de execução e a disponibilidade da estrutura física necessária ao cumprimento integral das obrigações contratuais, sob pena de desclassificação ou rescisão contratual, conforme o art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

6.9 Observação técnica: esse requisito geográfico não configura restrição indevida à competitividade, pois decorre de motivação técnica devidamente justificada, conforme orientação do TCU (Acórdão nº 1.214/2022 – Plenário) e do Instrumento de Padronização da AGU/MGI, que admitem limitações geográficas quando indispensáveis à eficiência e continuidade dos serviços públicos.

Requisitos temporais

6.10 A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Paragominas-CMP deverá observar os prazos e periodicidades estabelecidos neste item, garantindo agilidade, eficiência e continuidade dos veículos oficiais.

6.11 Esses requisitos temporais consideram a natureza dos serviços, a frequência média de manutenção preventiva (trocas de óleo e filtros) e o prazo razoável de conclusão de serviços corretivos, observando o princípio da eficiência (art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021) e a necessidade de disponibilidade contínua dos veículos oficiais.

6.12 A contratada deverá cumprir os seguintes prazos máximos de execução, contados a partir da



autorização formal de serviço (Ordem de Serviço e Compras – OS) emitida pela CMP:

NATUREZA DO SERVIÇO	PRAZO MÁXIMO DE EXECUÇÃO	OBSERVAÇÕES TÉCNICAS
Troca de óleo e filtros (manutenção programada)	Até 05 horas	Serviços simples e de rotina, a serem realizados mediante programação prévia trimestral ou conforme quilometragem (a cada 5.000 km para a L200 e 7.500 km para a S10, conforme manual do fabricante).
Serviços leves (elétricos, troca de pastilhas, correias, velas etc.)	Até 24 horas	Inclui pequenos reparos que não demandem aquisição de peças especiais.
Serviços médios (freios, suspensão, arrefecimento, embreagem, ar-condicionado)	Até 02 dias úteis	Prazo inclui diagnóstico e substituição de peças disponíveis no mercado local.
Serviços complexos ou dependentes de peças sob encomenda	Até 05 dias úteis	Prazo máximo, salvo justificativa formal da contratada e anuência expressa da CMP.
Atendimento emergencial (pane súbita, falha de ignição, falha elétrica)	Até 05 horas	Atendimento prioritário, mediante chamada emergencial, para evitar paralisação de atividades oficiais.

Prazos de Atendimento e Entrega

6.13 O atendimento às solicitações da CMP deverá ocorrer imediatamente após o recebimento da Ordem de Compras e Serviço, e após a execução, o veículo deverá ser entregue nas mesmas condições estéticas e funcionais em que foi recebido, acompanhado do relatório técnico e comprovante de serviços executados.

Requisitos da garantia das peças e serviços

6.14 A contratada deverá garantir a qualidade, funcionalidade e durabilidade de todas as peças fornecidas e dos serviços executados, assegurando a perfeita adequação dos veículos à finalidade a que se destinam.

6.15 Durante o período de garantia, é de responsabilidade exclusiva da contratada a correção, substituição ou reexecução de qualquer item que apresente defeito, falha ou vício de qualidade, sem ônus adicional para a Câmara Municipal de Paragominas - CMP.

6.16 A garantia abrange tanto a mão de obra quanto os materiais e peças utilizadas, conforme estabelecido na legislação aplicável.

Prazos Mínimos de Garantia

6.17 Os prazos mínimos de garantia observarão a legislação vigente e as boas práticas administrativas, conforme segue:

ITEM / SERVIÇO	PRAZO MÍNIMO DE GARANTIA	OBSERVAÇÕES TÉCNICAS
Peças novas e originais	90 (noventa) dias	Garantia legal mínima conforme art. 26, II, do CDC. Caso o fabricante ofereça prazo superior, prevalecerá o prazo mais benéfico à Administração.



Serviços de manutenção preventiva e corretiva (mão de obra)	90 (noventa) dias	Contados da data da entrega do veículo. Inclui qualquer retrabalho necessário em decorrência de defeito de execução.
Componentes de maior durabilidade (ex.: baterias, amortecedores, embreagens, compressores, alternadores)	6 (seis) meses	Ou conforme o prazo de garantia do fabricante, se superior.
Peças remanufaturadas homologadas	90 (noventa) dias	Somente serão aceitas se possuírem selo de certificação e equivalência técnica.

Sustentabilidade

6.18 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

6.19 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

6.20 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.

7 PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

7.1.1 São obrigações da CONTRATANTE;

7.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

7.1.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

7.1.5 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

7.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

7.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



7.1.10 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

7.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.2 São obrigações da CONTRATADA

7.2.1 Realizar o fornecimento e prestação dos serviços conforme previsto neste Termo de Referência e anexo, Edital e seus anexo e no Contrato, com todo zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente, resguardando os interesses desta Casa de Leis, sem prejuízo da dignidade e independência profissional;

7.2.2 Notas Fiscais deverão ser emitidas conforme os itens e serviços entregues e com a discriminação do valor a ser pago;

7.2.3 Serão de inteira responsabilidade da Contratada, todos os custos diretos e indiretos, inclusive, transporte, impostos, taxas e outras despesas que incidam ou venham incidir na execução do objeto deste Termo de Referência;

7.2.4 A recusa da Contratada em recolher os encargos acima citados, autoriza a rescisão unilateral do contrato, bem como retenção dos valores devidos a título de encargos e impostos e o Contratado não terá direito a qualquer tipo de indenização, ficando ainda sujeita as penalidades previstas na Lei Federal Nº 14.133/21;

7.2.5 A Contratada fica obrigada a efetuar a qualquer tempo e a critério da Câmara Municipal a adequação dos produtos e serviços que porventura apresentarem divergências com as especificações definidas em contrato sem qualquer ônus para esta Municipalidade;

7.2.6 Apresentar mensalmente as certidões mencionadas do item 11.1 ao 11.4 por ocasião da entrega das Notas Fiscais;

7.2.7 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2.8 Manter durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

8 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

8.1. A execução do objeto compreenderá a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Paragominas – CMP, incluindo o fornecimento e substituição de peças e materiais necessários à conservação, segurança e pleno funcionamento da



frota, observadas as condições, prazos e exigências estabelecidas neste termo de referência e no contrato.

8.2. A execução deverá ocorrer de forma técnica e segura, conforme as normas aplicáveis à manutenção automotiva, as recomendações dos fabricantes e os princípios da eficiência, economicidade.

8.3. Os serviços deverão abranger:

- I. Manutenção mecânica leve e geral, abrangendo reparos e substituições nos sistemas de freios, suspensão, direção, embreagem, câmbio e motor, bem como substituição de correias, rolamentos, filtros e demais componentes sujeitos a desgaste natural;
- II. Manutenção e reparo dos sistemas de arrefecimento, refrigeração e ar-condicionado automotivo, com recarga de gás e substituição de filtros de cabine, quando necessário;
- III. Serviços elétricos, incluindo diagnóstico e reparo de falhas em ignição, injeção eletrônica, alternador, motor de partida, iluminação e sinalização interna e externa;
- IV. Serviços de borracharia, como troca, rodízio, alinhamento, balanceamento e reparo de pneus, bem como calibragem e inspeções preventivas;
- V. Serviços de troca de óleos e lubrificantes, com substituição de filtros e fluidos conforme especificações do fabricante, utilizando produtos devidamente certificados pela Agência Nacional do Petróleo – ANP e homologados pelas montadoras correspondentes.

8.4. As peças e materiais aplicados deverão ser novos, originais de fábrica ou equivalentes de primeira linha, vedado o uso de itens usados, recondicionados ou de procedência duvidosa.

8.5 As peças retiradas deverão ser apresentadas para conferência e devolvidas à CMP.

8.6 Todas as peças deverão possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de prazo superior concedido pelo fabricante.

8.7. Os serviços deverão ser realizados nas dependências da contratada, que deverão dispor de estrutura física e técnica compatível com as atividades contratadas, devendo situar-se dentro de um raio máximo de 5 (cinco) quilômetros em relação à sede da Câmara Municipal de Paragominas.

8.9 A comprovação do endereço e da estrutura técnica deverá ocorrer no ato da habilitação, sob pena de desclassificação ou rescisão contratual, conforme o disposto no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

8.10 A execução dos serviços observará os seguintes prazos máximos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço e Ordem de Compras pela CMP:

- a) troca de óleo e filtros – até 05 (cinco) horas;
- b) serviços leves (elétricos e de pequena complexidade) – até 24 (vinte e quatro) horas;
- c) serviços médios (freios, suspensão, arrefecimento, embreagem e ar-condicionado) – até 02 (dois) dias úteis;
- d) serviços complexos ou dependentes de peças sob encomenda – até 05 (cinco) dias úteis, salvo justificativa formal e aprovação da CMP;



e) atendimentos emergenciais (pane ou falha que impeça o uso do veículo) – até 05 (cinco) horas.

8.11 Após a conclusão, o veículo deverá ser entregue em perfeitas condições estéticas e funcionais, acompanhado da descrição dos serviços realizados, peças substituídas e demais observações pertinentes.

8.12 A contratada responderá integralmente pela qualidade, segurança e durabilidade dos serviços e peças fornecidos, comprometendo-se a realizar, sem ônus adicional, os reparos, substituições ou reexecuções necessários em caso de defeito, falha ou vício constatado.

8.13 Os prazos mínimos de garantia serão os seguintes:

- a) peças novas e originais – 90 (noventa) dias, ou prazo superior do fabricante;
- b) serviços de manutenção preventiva e corretiva (mão de obra) – 90 (noventa) dias, contados da data da entrega do veículo;
- c) componentes de maior durabilidade (baterias, amortecedores, embreagens, alternadores e compressores) – 06 (seis) meses ou prazo superior do fabricante;
- d) peças remanufaturadas homologadas – 90 (noventa) dias, desde que certificadas e tecnicamente equivalentes.

8.14 Durante toda a execução contratual, a contratada deverá manter equipe técnica qualificada, adotar boas práticas de segurança e observar as especificações dos fabricantes dos veículos.

8.15 A fiscalização da CMP poderá, a qualquer tempo, realizar vistorias in loco para acompanhar a execução e verificar o cumprimento das obrigações contratuais.

8.16 O descumprimento dos prazos ou das condições estabelecidas neste instrumento implicará a aplicação das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e nas demais disposições contratuais aplicáveis.

9 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.3 Após a assinatura do contrato a Câmara Municipal poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

9.4 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



9.5 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9.5.1 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos problemas observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º;

9.5.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

9.5.3 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.5.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.5.5 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.6 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.6.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

9.7 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.8 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.9 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.10 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



9.11 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.12 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.13 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:
 - I. Moratória de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.
 - II. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor



total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

- III. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.
- IV. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- V. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- VI. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- VII. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- VIII. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021).

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021).

10.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021).

10.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021).

10.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

10.8.2 O endereço de e-mail informado na proposta comercial será considerado de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados:



10.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

10.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

10.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.11 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas nos demais cadastro pertinentes.

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.14. Os débitos da Contratada para com a Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO.

Recebimento

11.1 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.2 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração



durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.3 O recebimento não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

11.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

11.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

Prazo de pagamento

11.8 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

11.9 O pagamento será realizado por meio de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.10 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência bancária para pagamento.

11.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.12 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por



meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa, aberta pelo sistema de Registro de Preço.

Exigências de habilitação

12.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

12.3 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.4 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.5 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.6 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.7 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.8 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

12.10 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.11 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da



União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.12 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.13 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.14 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.15 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.16 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.17 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

12.18 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

12.19 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

12.20 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

12.20.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

12.20.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.20.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

12.20.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.



12.21 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.

12.22 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

12.23 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

12.24. Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado/certidão/declaração fornecido por Pessoa Jurídica de Direito público ou privado que comprove ter a empresa realizado obra com complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior, para fins comerciais ou de serviços – sem qualquer informação que a desabone – e com os seguintes parâmetros:

12.25. Instalação de sistema de alarme contra invasão e monitoramento de câmera com no mínimo 50% dos equipamentos solicitados ou equivalente em Edital.

12.26. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

12.27 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.28 O fornecedor disponibilizará as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.29 Apresentar Declaração que se compromete em possuir quadro técnico suficiente, tanto presencial como remoto, para atender toda a demanda da Câmara Municipal de Paragominas, nos prazos estabelecidos no Edital.

Forma de fornecimento

12.30 O fornecimento dos equipamentos ocorra em regime de comodato.

13 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

13.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 355.615,60 (trezentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e quinze reais e sessenta centavos)**.

14 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

14.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Exercício 2025:

Unidade Orçamentária: 0101 Câmara Municipal.



Função: 01 Legislativa.

Sub Função: 031 Ação Legislativa.

Programa: 0001 Ação Legislativa.

Atividade: 0101.01.031.0001.2.001 Manutenção da Câmara Municipal.

Dotação Orçamentária: Materiais de Consumo

Dotação Orçamentária: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Elemento de despesa: Materiais de Consumo- 3.3.90.30.00

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

15. RESPONSÁVEIS.

15.1 Responsável pela elaboração do Termo de Referência, Francisco Antônio da Silva, Secretário Geral, aprovado e autorizado pelo Presidente da Câmara Municipal de Paragominas, Leonardo Luis Andrade.

Paragominas, 13 de outubro de 2025.

FRANCISCO ANTÔNIO DA SILVA
Secretária Geral

LEONARDO LUIS ANDRADE
Presidente CMP



ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇOS

Licitação: **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº**

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº**

Tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM**

Consumidor: **CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS**

Licitante: _____

CNPJ: _____

Telefone Fax: (____) _____ Celular: (____) _____

E-mail: _____

Endereço: _____

Conta Corrente: _____ Agência: _____ Banco: _____

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
01					
02					

Data: _____

Validade da proposta: ____ Dias

Prazo de Entrega: _____

Dados do receptor das ordens de fornecimento:

Nome: _____

CPF: _____

Telefone (FAX): _____

Celular: _____

Email: _____

Nome do representante: _____

CPF: _____

Assinatura do representante legal: _____

OBS: Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es) devidamente habilitado(os).



ANEXO III
ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS
UNITÁRIOS

ITEM	QUANTIDADE	METODOLOGIA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1 - DISCO DE FREIO VENTILADO Especificações: Par Disco de Freio Dianteiro Ventilado, tornando o toque do pedal mais macio, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	10,0	Média	384,06	3.840,60
2 - JOGO DE PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRO Especificações: Posição Dianteiro serve no Lado Esquerdo e Direito, feito em Material Semimetálico, compatível com os veículos Triton L200 ano 2016.	10,0	Média	234,41	2.344,10
3 - JOGO DE SAPATAS DE FREIO COM LONAS Especificações: Compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	10,0	Média	340,70	3.407,00
4 - TAMBOR DE FREIO Especificações: Tem como função principal formar a superfície de atrito com a qual a lona de freio irá ser comprimida, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	10,0	Média	525,09	5.250,90
5 - BARRA DE DIREÇÃO (AXIAL) Especificações: Deve conter um par de hastes com função para contar as rodas dianteiras É caixa de direção do veículo Triton L200 ano 2016.	12,0	Média	144,94	1.739,28
6 - TERMINAL DIREÇÃO - LADO DIREITO E ESQUERDO Especificações: Terminal De Direção Posição: Lado Direito e Esquerdo, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	10,0	Média	173,33	1.733,30
7 - EIXO HOMOCINÉTICO - LADO DIREITO E ESQUERDO Especificações: Compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	8,0	Média	976,39	7.811,12
8 - EIXO HOMOCINÉTICO EXT LADO DIREITO E ESQUERDO – L200 TRITON Especificações: Para montagem no Lado direito e esquerdo do veículo, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	6,0	Média	1.032,01	6.192,06
9 - EIXO HOMOCINÉTICO EXT LADO DIREITO E ESQUERDO – CHEVROLET S10 Especificações: Para montagem no Lado direito e esquerdo do veículo, compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	6,0	Média	980,07	5.880,42
10 - COIFA HOMOCINETICA EXTERNA Especificações: Material da coifa homocinética em Borracha, Tipo oval compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	10,0	Média	70,51	705,10
11 - COIFA HOMOCINETICA INTERNA Especificações: Material da coifa homocinética em Borracha, Tipo oval compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	10,0	Média	56,47	564,70
12 - AMORTECEDOR TRASEIRO Especificações: Plus a gás, tipo argola-argola, Posição Traseiro, serve no lado Direito e Esquerdo, lubrificado compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	8,0	Média	419,66	3.357,28
13 - AMORTECEDOR DIANTEIRO Especificações: Contendo Plus a gás Posição Dianteiro, serve no lado Direito e Esquerdo, lubrificado, compatível com veículo L200 ano 2016.	8,0	Média	559,68	4.477,44
14 - BASE DO AMORTECEDOR DIANTEIRO COM BATENTE E COIFA. Especificações: Material do coxim amortecedor: Metal e Borracha, Material da bucha: Borracha, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	8,0	Média	388,05	3.104,40



15 - BUCHA AMORTECEDOR Especificações:

Material Aço/Borracha Tipo de bucha de controle de suspensão de amortecedor, Tipo de veículo Triton L200 ano 2016.

12,0

Média

53,73

644,76

16 - PIVÔ DE SUSPENSÃO INFERIOR Especificações:

Pivô de suspensão posição: inferior dianteiro, lado: esquerdo e lado direito, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

8,0

Média

157,35

1.258,80

17 - PIVÔ DE SUSPENSÃO SUPERIOR

Especificações: Pivô de suspensão superior lado direito e lado esquerdo incluindo porca e demais itens completos compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

8,0

Média

107,93

863,44

18 - PNEU 265/70R16 112T FR SEM CÂMERA

Especificações: Pneu tamanho e aro: 265/70R16, Aro 16, carga máxima: 1120 kg, velocidade máxima: 190 km/h (F), eficiência de aderência sobre piso molhado: (E), Design da banda de rodagem simétrico, com redução de ruído, com calibragem de 19 psi, quilometragem média de 50.000 km, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

20,0

Média

1.040,54

20.810,80

19 - VALVULA DO PNEU Especificações: Válvula do pneu para evitar esvaziamento do mesmo feito em material de borracha resistente compatível com veículo Triton L200 ano 2016 e Chevrolet S10.

40,0

Média

14,50

580,00

20 - BATERIA 90 HD Especificações: Capacidade da bateria: 90 Ah, Voltagem: 12V, Material: Chumbo-ácido, completa, compatível com veículo Triton L200 ano 2016 e Chevrolet S10.

4,0

Média

792,02

3.168,08

21 - CORREIA DO ALTERNADOR (MULT V)

Especificações: Feita em material de borracha resistente, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

12,0

Média

58,14

697,68

22 - MOTOR DE PARTIDA Especificações: motor de partida para veículo Triton L200 ano 2016.

2,0

Média

1.723,74

3.447,48

23 - ALTERNADOR Especificações: compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

2,0

Média

1.194,17

2.388,34

24 - SENSOR TRAÇÃO (ESFERA) Especificações:

Compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

4,0

Média

171,11

684,44

25 - SENSOR TRAÇÃO (PINO) Especificações:

Compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

4,0

Média

160,25

641,00

26 - JOGO DE PALHETAS LIMPADOR PARABRISA-

L200 Especificações: Material resistente aos raios solares, elaborado em borracha de alta qualidade, material flexível e resistente, com maior eficiência de limpeza e durabilidade, feito em silicone, borracha grafitada resistente, contendo 02 palhetas por jogo compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

6,0

Média

86,11

516,66

27 - LAMPADA LÂMPADA HALÓGENA 12V H4

16,0

Média

63,10

1.009,60

28 - KIT DE EMBREAGEM (DISCO, PLATÔ,

ROLAMENTO) Especificações: Kit de Embreagem contendo Platô + Disco + Rolamento (Novos/Completa), compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

4,0

Média

2.113,79

8.455,16

29 - CABEÇOTE PARCIAL DO MOTOR L200

2,0

Média

5.667,41

11.334,82

30 - JUNTA DA TAMPA DAS VÁLVULAS (KIT)

Especificações: Kit de junta das tampas das válvulas do motor, tipo de uso regular, material em borracha resistente, completo, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

6,0

Média

256,23

1.537,38

31 - CORREIA DO ACD (MULT V) Especificações:

Material em borracha resistente, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

6,0

Média

107,18

643,08



32 - DISCO DE FREIO VENTILADO Especificações: Disco de freio, posição dianteiro, tipo disco ventilado, completo compatível com veículo chevrolet S10.	12,0	Média	363,05	4.356,60
33 - JOGO DE SAPATAS FREIO COM LONAS Especificações: jogo de sapatas de freio incluindo lonas, compatível com veículo Chevrolet S10.	12,0	Média	275,95	3.311,40
34 - TAMBOR DE FREIO Especificações: Tambor de freio completo, compatível com veículo chevrolts10.	10,0	Média	415,00	4.150,00
35 - BARRA DE DIREÇÃO (AXIAL) Especificações: Material em aço resistente, completo, compatível com veículo chevrolet S10.	10,0	Média	145,05	1.450,50
36 - TERMINAL DE DIREÇÃO- LADO ESQUERDO E LADO DIREITO Especificações: Compatíveis com o lado direito e lado esquerdo, tipo de rosca macho, completo, compatível com veículo chevrolet s10.	10,0	Média	166,48	1.664,80
37 - CUBO DE RODA Especificações: Posição do eixo Dianteiro, incluindo rolamento completo, compatível com veículo chevrolet S10.	4,0	Média	754,68	3.018,72
38 - EIXO HOMOCINETICO LADO DIREITO E ESQUERDO Especificações: material em aço e borracha resistente, compatível com veículo chevrolet S10.	8,0	Média	1.683,87	13.470,96
39 - AMORTECEDOR DIANTEIRO Especificações: Amortecedor dianteiro na cor Preto, com tecnologia a gás, utilizado no lado esquerdo (motorista) ou direito (passageiro), compatível com veículo Chevrolet S10, completo.	8,0	Média	539,43	4.315,44
40 - AMORTECEDOR TRASEIRO Especificações: Amortecedor traseiro compatível com veículo chevrolet s10 completo.	8,0	Média	334,86	2.678,88
41 - BIELETA ESTABILIZADORA LADO DIREITO E ESQUERDO Especificações: Compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	24,0	Média	96,71	2.321,04
42 - BIELETA ESTABILIZADORA LADO DIREITO E ESQUERDO Especificações: Compatível com veículo L200 Triton ano 2016.	24,0	Média	90,34	2.168,16
43 - SERVIÇO DE FREIO DIANTEIRO/TRASEIRO Especificações: manutenção, troca ou montagem de sistema de freio dianteiro e traseiro dos veículos Triton L200 ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	40,0	Média	157,26	6.290,40
44 - PNEU 265/60R18 107T SEM CÂMARA Especificações: Medida Nominal: 265/60R18; Aro18; Diâmetro Externo Total: Aproximadamente 775 mm; Índice de Carga Mínimo: 107 (975 kg por pneu); Índice de Velocidade Mínimo: T (190 km/h), aceitando-se índices superiores (H ou V); compatível com veículo chevrolet S10 2021.	20,0	Média	1.395,00	27.900,00
45 - SERVIÇO DE ALINHAMENTO DOS PNEUS Especificações: Manutenção, troca ou montagem completa dos pneus dianteiros dos veículos L200 triton ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	30,0	Média	75,67	2.270,10
46 - SERVIÇO COMPLETO DE BALANCEAMENTO Especificações: Serviço completo de balanceamento dos Pneus do veículo L200 ano 2016 e veículo Chevrolet S10 ano 2021.	60,0	Média	15,38	922,80
47 - SERVIÇO DE CAMBAGEM COMPLETO Especificações: Serviço completo de cambagem dos pneus do veículo Triton L200 ano 2016 e veículo Chevrolet S10 ano 2021.	16,0	Média	57,13	914,08
48 - SERV. DE REPARO A FRIO PARA PNEU SEM CÂMARA TUBELESS CARRO - TIPO MACARRÕES	60,0	Média	13,78	826,80



49 - SERV. DE REPARO DE PNEU POR VULCANIZAÇÃO - ABERTURA COM CERCA DE 3 OU 4 CENTÍMETROS Especificação: Processo químico que consiste, basicamente, em criar uma superfície mais rígida retirada e desmontagem do pneu por completo, raspagem da parte interna do pneu aplicação do produto químico, acrescentamos uma tela ou pedaço de borracha para que o produto adere. É superfície, após a aplicação da tela e do produto, é necessário que haja um aquecimento e um resfriamento veículo L200 ano 2016 e Chevrolet S10.

24,0 Média 66,74 1.601,76

50 - FILTRO DE GABINE L200 Especificações: Filtro do ar-condicionado de Cabine, o filtro tem a função de filtrar impurezas presentes fora do veículo e circula no sistema de ventilação, contendo uma Unidade, compatível com veículo L200 Triton ano 2016.

14,0 Média 45,00 630,00

51 - FILTRO DE GABINE S10 Especificações: Filtro do ar-condicionado de Cabine, o filtro tem a função de filtrar impurezas presentes fora do veículo e circula no sistema de ventilação, contendo uma Unidade, compatível com veículo Chevrolet S10.

14,0 Média 41,52 581,28

52 - COMPRESSOR DE AR Especificações: Compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

2,0 Média 2.297,80 4.595,60

53 - RECARGAS DE GÁS AR-CONDICIONADO Especificações: Gás para ar-condicionado, compatível com os veículos Triton L200 ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.

8,0 Média 286,78 2.294,24

54 - ADITIVO RADIADOR (COR AZUL) Especificações: Deve conter embalagem com 01 litro de aditivo para radiador biodegradável, de coloração azul, evita ressecamento de mangueiras, anti- congelante, anti-fervura, anti-corrosão, compatível com os veículos Triton L200 ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.

8,0 Média 51,10 408,80

55 - RADIADOR Especificações: Tipo de veículo Triton L200 ano 2016, Tipo de montagem Dianteiro, com ar-condicionado, com Refrigerador interno do óleo de transmissão integrado.

2,0 Média 2.141,25 4.282,50

56 - CONDENSADOR DE AR Especificações: feito em alumínio brasado que permite uma mais rápida refrigeração, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

2,0 Média 1.397,26 2.794,52

57 - SERVIÇO COMPLETO DE AR-CONDICIONADO Especificações: manutenção, troca ou montagem de sistema de ar-condicionado dos veículos Triton L200 ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.

20,0 Média 421,25 8.425,00

58 - FAROL DIANTEIRO LADO ESQUERDO Especificações: Farol dianteiro esquerdo compatível com veículo Chevrolet S10.

2,0 Média 656,82 1.313,64

59 - FAROL DIANTEIRO LADO DIREITO Especificações: Farol dianteiro direito compatível com veículo Chevrolet S10.

2,0 Média 611,11 1.222,22

60 - LÂMPADA HALOG 12V (H7) Especificações: Lâmpada Halógena, com encaixe: Lâmpada H7, Tensão de Operação: 12V, Potência de Saída: 60/55W, Base Soquete: P43t, Base de Lâmpada em Metal, feita em vidro de quartzo com proteção UV, completa, compatível com veículo chevrolet S10.

16,0 Média 40,31 644,96

61 - LANTERNA TRASEIRA LADO DIREITO Especificações: Lanterna traseira bicolor, lado direito, feita em material 100% em acrílico resistente, tipo de lâmpada de LED, completa, compatível com veículo Chevrolet S10.

2,0 Média 421,10 842,20

62 - LANTERNA TRASEIRA LADO ESQUERDO Especificações: Especificações: Lanterna traseira bicolor, lado esquerdo, feita em material 100% em acrílico resistente, tipo de lâmpada de LED, completa, compatível com veículo Chevrolet S10.

2,0 Média 394,35 788,70



63 - JOGO DE PALHETAS LIMPADOR PARABRISA - S10, Especificações: Material resistente aos raios solares, elaborado em borracha de alta qualidade, material flexível e resistente, com maior eficiência de limpeza e durabilidade, feito em silicone, borracha grafitada resistente, completa, contendo 02 palhetas por jogo, compatível com veículo chevrolet S10.

6,0 Média 161,65 969,90

64 - SERVIÇO COMPLETO DE ALTERNADOR Especificações: manutenção, troca ou montagem de sistema do alternador dos veículos Triton L200 ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.

16,0 Média 186,11 2.977,76

65 - JUNTA DA TAMPA DA VÁLVULAS (KIT) Especificações: Kit de junta das tampas das válvulas do motor, tipo de uso regular, material em borracha resistente, completo, compatível com veículo chevrolet S10.

6,0 Média 212,85 1.277,10

66 - FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE (REFIL)-L200 Especificações: Feito de material papel, que está contido dentro da carcaça do filtro, completo, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

20,0 Média 64,05 1.281,00

67 - FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE (REFIL)-S10 Especificações: Elemento filtrante: papel, função: filtro óleo, incluindo anel, compatível com veículo Chevrolet S10.

20,0 Média 66,75 1.335,00

68 - OLEO LUBRIFICANTE 15W40DIESEL-L200 Especificações: Deve conter embalagem com 01 litro, tipo de motor a Diesel, Tipo de óleo de motor: Mineral, compatível com veículo Triton L200 ano 2016, embalagem contendo 1 litro.

160,0 Média 44,48 7.116,80

69 - OLEO LUBRIFICANTE DO DIFERENCIAL (CAIXA DE MARCHA) Especificações: Lubrificante do tipo de Óleo Sintético, contendo Volume de 1 litro, embalagem em Plástico reciclável, compatível com os veículos Triton L200 ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.

30,0 Média 61,31 1.839,30

70 - ÓLEO LUBRIFICANTE 5W30 (LITRO)-S10 Especificações: Óleo lubrificante 5W30 do tipo sintético compatível com veículo Chevrolet S10, Embalagem contendo 1litro.

80,0 Média 64,85 5.188,00

71 - FILTRO DE COMBUSTÍVEL(REFIL) - L200 Especificações: Compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

20,0 Média 66,10 1.322,00

72 - FILTRO DE COMBUSTIVEL(REFIL) -S10 Especificações: Refil de filtro de combustível, compatível com veículoChevroletS10.

20,0 Média 69,01 1.380,20

73 - SERVIÇO COMPLETO DE EMBREAGEM Especificações: Manutenção, troca ou montagem de sistema de embreagem dos veículos L200 Triton ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.

20,0 Média 627,45 12.549,00

74 - SILICONE BLACK - ALTA TEMPERATURA Especificações: Cola silicone, anti- impacto, silicone cor preto, resistente a altas temperaturas, formulado para vedações em motores, baixa temperatura 80°F (26°C), alta temperatura 600°F (315°C), resistente à Pressão, embalagem com 100 g.

10,0 Média 53,50 535,00

75 - CAPOTA MARÍTIMA Especificações: feito em material de lona resistente, estilo de capota marítima com característica enrolável, a prova d'água compatível com veículo Triton 1200 ano 2016.

2,0 Média 780,49 1.560,98

76 - CAPOTA MARÍTIMA Especificações: feito em material de lona resistente, estilo de capota marítima com característica enrolável, a prova d'água compatível com veículo chevrolet S10.

2,0 Média 1.042,96 2.085,92



77 - SERVIÇO DE SUSPENSÃO Especificações: manutenção, troca ou montagem de sistema de amortecedores e suspensão dos veículos L200 Triton ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	30,0	Média	253,57	7.607,10
78 - EVAPORADOR -Especificações: compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	2,0	Média	688,06	1.376,12
79 - MOTOR DE PARTIDA Especificações: compatível com veículo Chevrolet S10.	2,0	Média	1.739,39	3.478,78
80 - ALTERNADOR Especificações: Compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	2,0	Média	1.311,07	2.622,14
81 - SERVIÇO DE FUNCIONAMENTO DO VEÍCULO Especificações: Diagnostico completo do carro através de análise digital, manutenção, troca ou montagem de sistema de funcionamento e partida dos veículos L200 Triton ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	20,0	Média	249,44	4.988,80
82 - SERVIÇO COMPLETO NO MOTOR DE PARTIDA Especificações: manutenção, troca ou montagem do motor de partida dos veículos L200 Triton ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	20,0	Média	186,23	3.724,60
83 - SERVIÇO DE REVISÃO ELÉTRICA Especificações: Manutenção, troca, revisão ou montagem completa do sistema elétrico dos veículos L200 Triton ano 2016 e Chevrolet S10 ano 2021.	20,0	Média	207,98	4.159,60
84 - CABEÇOTE PARCIAL DO MOTOR Especificações: material: alumínio, posição das velas ignição: vertical, compatível com veículo Chevrolet S10.	2,0	Média	5.023,33	10.046,66
85 - BUCHA AMORTECEDOR Especificações: Material Aço/Borracha Tipo de bucha de controle de suspensão de amortecedor, Tipo de veículo Chevrolet ano 2021.	12,0	Média	178,45	2.141,40
86 - PIVÔ DE SUSPENSÃO INFERIOR Especificações: Pivô de suspensão posição: inferior dianteiro, lado: esquerdo e lado direito, compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	8,0	Média	238,32	1.906,56
87 - PIVÔ DE SUSPENSÃO SUPERIOR Especificações: Pivô de suspensão superior lado direito e lado esquerdo incluindo porca e demais itens completos compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	8,0	Média	229,97	1.839,76
88 - CORREIA DO ALTERNADOR (MULT V) Especificações: Feita em material de borracha resistente, compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	12,0	Média	280,54	3.366,48
89 - KIT DE EMBREAGEM – S10 Especificações: Kit de Embreagem compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	4,0	Média	2.256,21	9.024,84
90 - CUBO DE RODA Especificações: incluindo rolamento completo, compatível com veículo L200 Triton 2016.	4,0	Média	1.150,53	4.602,12
91 - COMPRESSOR DE AR Especificações: Compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	2,0	Média	1.818,15	3.636,30
92 - RADIADOR Especificações: Tipo de montagem Dianteiro, com ar-condicionado, para o veículo Chevrolet S10 ano 2021.	2,0	Média	1.853,80	3.707,60
93 - CONDENSADOR DE AR Especificações: feito em alumínio brasado que permite uma rápida refrigeração, compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.	2,0	Média	1.653,84	3.307,68
94 - FAROL DIANTEIRO LADO ESQUERDO Especificações: Farol dianteiro esquerdo compatível com veículo Triton L200 ano 2016.	2,0	Média	1.105,86	2.211,72



95 - FAROL DIANTEIRO LADO DIREITO

Especificações: Farol dianteiro direito compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

2,0

Média

1.105,86

2.211,72

96 - LANTERNA TRASEIRA LADO DIREITO

Especificações: Lanterna traseira, lado direito, feita em material 100% em acrílico resistente, completa, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

2,0

Média

535,81

1.071,62

97 - LANTERNA TRASEIRA LADO ESQUERDO

Especificações: Lanterna traseira, lado esquerdo, feita em material 100% em acrílico resistente, completa, compatível com veículo Triton L200 ano 2016.

2,0

Média

515,31

1.030,62

98 - EVAPORADOR Especificações: compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.

2,0

Média

765,95

1.531,90

99 - COIFA HOMOCINETICA EXTERNA

Especificações: Material da coifa homocinética em borracha, Tipo oval compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.

10,0

Média

101,05

1.010,50

100 - COIFA HOMOCINETICA INTERNA

Especificações: Material da coifa homocinética em borracha, Tipo oval compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.

10,0

Média

78,92

789,20

101 - BASE DO AMORTECEDOR DIANTEIRO COM BATENTE E COIFA Especificações: Material do coxim amortecedor: Metal e Borracha, Material da bucha: Borracha, compatível com veículo Chevrolet S10 ano 2021.

8,0

Média

328,52

2.628,16

102 - VALVULA EGR COMPLETA L200 TRITON ANO 2016 Especificação: compatível com o veículo Triton L200 ano 2016

2,0

Média

2.441,67

4.883,34

103 - JOGO DE PASTILHAS DE FREIO DIANTEIRO

Especificações: Posição Dianteiro serve no Lado Esquerdo e Direito, feito em Material Semimetálico, compatível com os veículos Chevrolet S10 ano 2021.

10,0

Média

286,53

2.865,30

104 - CORREIA DO ACD (MULT V) Especificações: Material em borracha resistente, compatível com veículo Chevrolet S10 2021.

6,0

Média

146,95

881,70

O preço estimado para a contratação é de **R\$ 355.615,60 (trezentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e quinze reais e sessenta centavos).**



**ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2025 – CMP
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2025 – CMP**

**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E
EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS
AUTOMOTIVAS, PNEUS E NA EXECUÇÃO DE
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E
CORRETIVA, ABRANGENDO AS ÁREAS DE
MECÂNICA, ELÉTRICA E REFRIGERAÇÃO DOS
VEÍCULOS PERTENCENTES À CÂMARA
MUNICIPAL DE PARAGOMINAS, que entre si celebram
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS e a empresa**

_____.

De um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Célio Miranda, nº 120, bairro Célio Miranda, CEP nº 68625-970, Paragominas/PA, inscrita no CNPJ/MF nº 34.845.040/0001-56, neste ato representada pelo Exmo. Vereador Presidente, o **Sr. LEONARDO LUIS ANDRADE**, doravante denominada Contratante e, do outro lado, a empresa (____), inscrita no CNPJ/MF nº (____) com sede na (____), Fone (____), e-mail: (____); representante legal, (____), doravante denominada Contratada, ambos de comum e recíproco acordo, tem justo e convencionado sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1 – DA ORIGEM DO CONTRATO E VINCULAÇÃO

1.1 O Contrato Administrativo é oriundo do Processo Administrativo Nº 024/2025 – CMP que versa sobre o Pregão Eletrônico SRP Nº 003/2025 – CMP.

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1 O Estudo Técnico Preliminar (ETP);

1.2.2 O Termo de Referência;

1.2.3 O Edital da Licitação;

1.2.4 A Ata de Registro de Preço;

1.2.5 A Proposta de preço oferecida pela Contratada;

1.2.6 Eventuais anexos dos documentos supracitados

CLÁUSULA 2 – DAS LEGISLAÇÕES E REGULAMENTOS APLICÁVEIS À EXECUÇÃO DO CONTRATO E CASOS OMISSOS

- a) As cláusulas e condições do contrato moldam-se às disposições;
- b) da Lei Federal Nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- c) da Lei Federal Nº 8.078, de setembro de 1990;
- d) dos demais normas federais aplicáveis;
- e) Portaria nº 027/2024-GP/CMP, de 19 de janeiro de 2024;
- f) das regulamentações;



- g) da Portaria nº 191/2024-GP/CMP, de 12 de julho de 2024;
- h) dos demais diplomas legais e regulamentos aplicáveis, os quais a Contratante e a Contratada estão sujeitos e se obrigam reciprocamente.
- i) Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo às normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 3 – DO OBJETO

3.1 O objeto do presente Contrato Administrativo é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS, PNEUS E NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, ABRANGENDO AS ÁREAS DE MECÂNICA, ELÉTRICA E REFRIGERAÇÃO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS.**

3.2 DESCRIÇÃO DOS ITENS:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01						
02						
.						
.						

CLÁUSULA 4 – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, com data de início em __/__/__ e data de término em __/__/__.

4.2 O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos art. 106 e 107 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021.

4.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4.4 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

4.4.1 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os fornecimentos foram realizados regularmente;

4.4.2 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização dos fornecimentos;

4.4.3 Haja manifestação expressa do Contratada informando o interesse na prorrogação;

4.4.4 Seja comprovado que o Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

4.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratada tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4.6 O Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.7 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá



verificar a regularidade fiscal do Contratada, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

4.8 O Contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, nos termos do art. 95, da Lei Federal Nº 14.133/21.

CLÁUSULA 5 – DO MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

5.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA 6 – DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

6.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA 7- DO LOCAL DE EXECUÇÃO

7.1 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais da Câmara Municipal de Paragominas (CMP) deverão ser realizados nas dependências da contratada, em local que disponha de estrutura física e técnica adequada à execução integral dos serviços contratados, tais como:

Espaço coberto e seguro para abrigar os veículos durante o reparo;

7.1.2 Equipamentos e ferramentas especializadas de diagnóstico e manutenção automotiva;

7.1.3 Área de armazenamento apropriada para peças e insumos;

7.1.4 Infraestrutura de segurança e controle ambiental para o manejo e descarte de resíduos automotivos.

7.2 Considerando a necessidade de agilidade no atendimento e a continuidade dos serviços públicos prestados pela CMP, o estabelecimento da contratada deverá estar localizado em um raio máximo de 05 (cinco) quilômetros da sede da Câmara Municipal de Paragominas.

7.3 Essa exigência justifica-se pelos seguintes motivos técnicos e operacionais:

7.3.1 Rapidez no atendimento a emergências: possibilita deslocamento imediato do veículo em caso de falhas que possam comprometer a segurança, evitando agravamento do problema ou necessidade de reboque a longas distâncias.

7.3.2 Eficiência operacional: reduz o tempo de indisponibilidade dos veículos oficiais, garantindo a execução tempestiva de atividades institucionais e administrativas.

i. Racionalização de recursos públicos: minimiza custos de deslocamento, transporte e eventual estadia de servidores, assegurando economicidade e eficiência, conforme o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

ii. Segurança e controle da execução contratual: a proximidade geográfica facilita a atuação do fiscal do contrato e a vistoria técnica dos serviços, permitindo maior controle e mitigação de riscos.



7.4 A contratada deverá comprovar, no momento da habilitação, o endereço do local de execução e a disponibilidade da estrutura física necessária ao cumprimento integral das obrigações contratuais, sob pena de desclassificação ou rescisão contratual, conforme o art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

7.5 **Observação técnica:** esse requisito geográfico não configura restrição indevida à competitividade, pois decorre de motivação técnica devidamente justificada, conforme orientação do TCU (Acórdão nº 1.214/2022 – Plenário) e do Instrumento de Padronização da AGU/MGI, que admitem limitações geográficas quando indispensáveis à eficiência e continuidade dos serviços públicos.

CLÁUSULA 8– DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

8.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

CLÁUSULA 9- DO REQUISITOS TÉCNICOS DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

9.1.1 Troca e/ou reparo de componentes do sistema de freios, suspensão, direção, embreagem, câmbio e motor;

9.1.2 Substituição de correias, rolamentos, filtros e outros elementos de desgaste natural;

9.1.3 Manutenção de sistemas de arrefecimento e refrigeração automotiva;

9.1.4 Manutenção do sistema de ar-condicionado, incluindo recarga de gás e substituição de filtros de cabine.

Serviços Elétricos

9.1.5 Diagnóstico e reparo em sistema de ignição, injeção eletrônica, alternador e motor de partida;

9.1.6 Verificação e substituição de lâmpadas;

9.1.7 Manutenção do sistema de iluminação e sinalização externa e interna.

Serviços de Borracharia e Pneus

9.1.8 Troca, rodízio, alinhamento e balanceamento de pneus;

9.1.9 Reparos nos pneus e válvulas;

9.1.10 Calibragem e inspeção preventiva de pneus.

Troca de Óleos e Lubrificantes

9.1.11 Troca programada de óleo do motor, fluido de freio, óleo de câmbio e direção hidráulica;

9.1.12 Substituição de filtros de óleo, ar e combustível conforme especificações do fabricante;

9.1.13 Utilização de produtos certificados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) e homologados pelas montadoras dos veículos.

Fornecimento de Peças e Materiais

9.1.14 As peças devem ser novas, originais de fábrica ou equivalentes de primeira linha, com garantia mínima de 90 dias;

9.1.15 É vedado o fornecimento de peças usadas, recondicionadas ou de procedência duvidosa;

9.1.16 A substituição de peças dependerá de autorização formal da CMP, mediante aprovação;

9.1.17 Todas as peças trocadas deverão ser apresentadas para conferência e devolvidas à CMP, conforme determinação do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.



CLÁUSULA 10 – DO VALOR

10.1 O valor global do contrato será de R\$ (), a serem pagos conforme demandas oriundas de Ordens de Compras.

10.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA 11- DO RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

11.1 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.2 O prazo para a solução, pela contratante, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.3 O recebimento não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

11.4 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.4.1. O prazo de validade;
- 8.4.2. A data da emissão;
- 8.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.4.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 8.4.5. O valor a pagar; e
- 8.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.6. O Contratado deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- b) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- d) Certidão Negativa Estadual;
- e) Certidão Negativa Municipal.



11.7 O pagamento será efetuado pela Contratante através de transferência bancária à Contratada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77, de 2022.

11.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa Seges/ME Nº 77/2022.

11.9 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.10 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) Identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

11.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.13 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.14 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.15 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.16 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.17 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.18 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA 12 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

Fiscalização



12.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.3 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.3.1 O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos problemas observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º;

12.3.2 Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

12.3.3 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.3.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.3.5 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.4 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.5 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

CLÁUSULA 13 – DO PAGAMENTO

13.1 O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 8 do Termo de Referência, anexo a este Contrato

13.2 A Contratada deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- b) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- d) Certidão Negativa Estadual;
- e) Certidão Negativa Municipal.

13.3 O Pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a Contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos;



13.4 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

CLÁUSULA 14 – DO REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇO

14.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado a partir de sua assinatura.

14.2 Após o interregno de 1 (um) ano e independentemente do pedido, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3 Caso o reajuste calculado pelo índice resulte em valores superiores aos preços praticados no mercado, a Administração poderá, visando ao interesse público e à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, convocar a contratada para negociação, observando os preços de mercado, com vistas a adequar os valores do contrato aos parâmetros de economicidade.

14.3.1 O Contratada só terá direito a receber o valor reajustado após a publicação do apostilamento ou instrumento equivalente.

14.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.9 O reajuste será realizado por Apostilamento ou instrumento equivalente.

14.10 A revisão contratual se dará pelos fatos previstos na alínea “d” do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLAUSULA 15 – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

CLAUSULA 16 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e os instrumentos vinculado a ele.

16.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

16.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



16.4 Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

16.5 Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

16.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber.

16.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, exceto naquilo que dependa da boa execução deste contrato em relação aos empregados da Contratada indicados para execução material.

16.8 Fornecer, por escrito, as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato.

16.9 Verificar a qualidade dos produtos, durante a entrega.

16.10 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

16.11 Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

16.12 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre eventuais irregularidades no fornecimento dos materiais, fixando prazo para correções.

16.13 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constantes do TR, Contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento.

16.14 Aplicar, motivada e justificadamente, à Contratada, as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, observando o contraditório e a ampla defesa.

16.15 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

16.15.1 A Administração terá o prazo de *10 (dez) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

16.16 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de *10 (dez) dias úteis*.

16.17 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAUSULA 17 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

17.1.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.



17.1.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato ou dos materiais empregados.

17.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

17.1.4 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

17.1.4.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

17.1.4.2 Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

17.1.4.3 Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual, Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;

17.1.4.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

17.1.4.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

17.1.5 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

17.1.6 Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, que impeça a execução do objeto.

17.1.7 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

17.1.8 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

17.1.9 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

17.1.10 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

17.1.10.1 Comprovar a reserva de cargos a que se refere esta cláusula, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

17.1.11 Guardar o mais absoluto sigilo em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou inadequada utilização



17.1.12 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea “d”, do inciso II, do art. 124, da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

CLAUSULA 18 – DA INFRAÇÃO E SANÇÃO ADMINISTRATIVA

18.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2 Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:
 - I. Moratória de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.
 - II. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - II.a O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



- III. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 18.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- IV. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 18.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- V. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 18.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- VI. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 18.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
- VII. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 18.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

18.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

18.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

18.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

18.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

18.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

18.8.2 O endereço de e-mail informado na proposta comercial será considerado de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

18.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

18.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

18.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

18.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

18.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



18.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

18.11 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

18.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas nos demais cadastro pertinentes.

18.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.14. Os débitos da Contratada para com a Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA 19 – DOS RECURSOS FINANCEIROS

19.1 O valor acordado será pago pela Contratante a Contratada, conforme Dotação Orçamentária:

Exercício 2025:

Unidade Orçamentária: 0101 Câmara Municipal.

Função: 01 Legislativa.

Sub Função: 031 Ação Legislativa.

Programa: 0001 Ação Legislativa.

Atividade: 0101.01.031.0001.2.001 Manutenção da Câmara Municipal.

Dotação Orçamentária: Materiais de Consumo

Dotação Orçamentária: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Elemento de despesa: Materiais de Consumo

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA 20 – DAS ALTERAÇÕES

20.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



20.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

20.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 21 – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

21.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

21.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

21.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da Contratada pela Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

21.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

21.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.6 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

21.7 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

21.8 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

21.9 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

21.9.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

21.9.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

21.9.3 Indenizações e multas.

21.10 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA 22 – DA PUBLICIDADE

22.1 O Contrato Administrativo será publicado nos meios obrigatórios para que surta os efeitos legais.

CLÁUSULA 23 – DO FORO



23.1 Para dirimir qualquer questão decorrente do presente Contrato, as partes Contratantes elegem o foro da cidade de Paragominas, com renúncia expressa de qualquer outro, cuja competência for invocável.

23.2 E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que sejam produzidos os efeitos legais e pretendidos.

Paragominas, (____) de (____) de 2025.

**CÂMARA MUNICIPAL DE
PARAGOMINAS**
CNPJ/MF:34.845.040/0001-56
**REPRESENTANTE LEGAL DO
CONTRATANTE - LEONARDO LUIS
ANDRADE**

(NOME CONTRATADA)
CNPJ/MF nº
**REPRESENTANTE LEGAL DA
CONTRATADA – (____)**

Testemunhas:

1. _____
2. _____



ANEXO V

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025-CMP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2025 – CMP
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2025 – CMP**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS**, com sede à Praça Célio Miranda, nº 120, bairro Célio Miranda, CEP nº 68625-970, Paragominas/PA, inscrita no CNPJ/MF nº 34.845.040/0001-56, neste ato representado pelo seu Presidente, empossado no dia 01/01/2025 constante da Ata registrada sob o número PROT. Nº 16.352, REG. Nº 4.718, L.A-026, FLS. 220/223, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará de 03 de janeiro de 2025, Sr. Leonardo Luis Andrade, portador da Matrícula Funcional nº 1106678, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025-CMP**, publicada no dia 08/09/2025, Processo Administrativo Nº 024/2025 – CMP, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital e seus anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS, PNEUS E NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, ABRANGENDO AS ÁREAS DE MECÂNICA, ELÉTRICA E REFRIGERAÇÃO DOS VEÍCULOS PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS**, especificados no anexo do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação Nº 006/2025-CMP, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

I – PROMITENTE FORNECEDORE(S): Empresa (xxx), CNPJ

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

2.2 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.



2.3 Os itens desta Ata serão fornecidos mediante emissão e recebimento, pela PROMITENTE FORNECEDORA, da ORDEM DE COMPRA, de acordo com o disposto na presente Ata e no Edital que a originou, e o fornecimento dos produtos será realizado de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Paragominas.

3 ÓRGÃO GERENCIADOR, PARTICIPANTE(S) E ADESÃO A ATA

3.1 DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1.1. O Órgão Gerenciador da presente Ata, responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento é a Câmara Municipal de Paragominas.

3.2. DOS PARTICIPANTES

3.2.1. A Ata de Registro de Preços é restrita ao órgão gerenciador do processo licitatório, não sendo admitida a sua carona.

3.2.2 Os quantitativos registrados e as especificações dos itens constantes nesta Ata foram dimensionados exclusivamente para atender às necessidades da Câmara Municipal de Paragominas, considerando as particularidades de sua frota e de sua rotina operacional.

4 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de publicação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso;

4.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos;

4.4 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.5 O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços;

4.6 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.7 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.7.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.7.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b) Mantiverem sua proposta original.
- c) Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



4.8 O registro a que se refere a alínea “b” acima, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.9 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.10 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.10.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

4.10.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

4.11 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.12 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.13 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.13 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 4.7 e subitem, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.14 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata a alínea “a” do subitem 4.7.2, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

4.14.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.14.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.15 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS



5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6 NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro,



nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.10

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no subitem 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8 DAS PENALIDADES

8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9 CONDIÇÕES GERAIS

9.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e Minuta do Contrato, anexos ao Edital;

9.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02(duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

LEONARDO LUIS
ANDRADE:42388
388945291

Assinado de
forma digital por
LEONARDO LUIS
ANDRADE:42388
945291

Paragominas, () de () de 2025.

**CÂMARA MUNICIPAL DE
PARAGOMINAS**
CNPJ/MF:34.845.040/0001-56
**REPRESENTANTE LEGAL DO
CONTRATANTE - LEONARDO LUIS
ANDRADE**

(NOME CONTRATADA)
CNPJ/MF nº
**REPRESENTANTE LEGAL DA
CONTRATADA – ()**



ANEXO ÚNICO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

		FORNECEDOR				
ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	PRAZO GARANTIA OU VALIDADE

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	PRAZO GARANTIA OU VALIDADE